



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA  
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EDICLEIA MARIA BARROS DO CARMO

**CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA: Uma análise do  
princípio da entidade em duas empresas no município de Itaituba-  
PA**

Itaituba – PA  
2018

EDICLEIA MARIA BARROS DO CARMO

**CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA: Uma análise do  
princípio da entidade em duas empresas no município de Itaituba-  
PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Flávio Sousa do  
Nascimento.

Itaituba – PA

2018

EDICLEIA MARIA BARROS DO CARMO

**CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA: Uma análise do  
princípio da entidade em duas empresas no município de Itaituba –  
Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Flávio Sousa do  
Nascimento.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_ Nota: \_\_\_\_\_  
Prof. Flávio Sousa do Nascimento, Especialista.

Avaliador: \_\_\_\_\_ Nota: \_\_\_\_\_  
Prof. Ana Paula Maffezzolli, Especialista.

Avaliador: \_\_\_\_\_ Nota: \_\_\_\_\_  
Prof. Elines dos Santos Batista

Resultado: \_\_\_\_\_ Média: \_\_\_\_\_

Data: 03 de Julho de 2018

*A Deus que me deu a honra dessa vitória, "in memoriam" de meu avô Divino de Barros pelo amor e carinho a mim dedicado em vida, a toda minha família, que sempre me incentivou e me deu todo apoio nessa longa jornada me possibilitando essa almejada conquista..*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo sopro de vida, por estar sempre comigo me dando forças principalmente nos momentos mais difíceis dessa caminhada e também por todas as graças que foram concedidas.

A minha família, ao meu esposo Carlos pelo apoio, e em especial ao meu filho Carlos Eduardo pelo amor incondicional que sinto, te amo filho, mesmo com toda correria e atropelos foi meu maior incentivo nos momentos que eu precisava ter forças e me dedicar aos estudos.

A minha mãe querida que amo tanto pelo amor, carinho e confiança em mim depositada. Aos meus irmãos Cleberson, Uelisson e Wellington pela força que sempre me deram para persistir e conquistar meus objetivos.

Ao meu professor e orientador Flávio Sousa do Nascimento pela confiança. A todos os professores do Curso de Ciências Contábeis, pela dedicação e carinho com o qual nos passaram todos os conhecimentos, que foram tão importantes para nossa vida acadêmica nos possibilitando tamanha vitória.

Não poderia deixar de agradecer pelo companheirismo, carinho, amizade de pessoas muito especiais, com tamanha simplicidade e de coração enorme como Rosana e Natanael, essa dupla dinâmica que me deu toda força em todos os momentos que precisei. Também quero agradecer a todos os meus colegas do curso em especial a galerinha da frente a qual fiz parte, companheiros de trabalhos sempre muito dedicados Rosana, Adriana, Késia e Natanael.

A instituição e todos os funcionários que cada um em sua função pode contribuir com o meu crescimento, mas não podia deixar de mencionar uma pessoa a qual tenho grande carinho Dona Verônica (tia da biblioteca) que foi muito solícita nos recebia sempre com um belo sorriso no rosto, obrigada pelos conselhos e todo carinho mulher guerreira.

A minhas amigas Eliete e dona Dora que não mediram esforços para me ajudar e me apoiar durante essa longa trajetória. A dona Creusa, seu Davi, Dilma, Vania e Gisele pelo carinho, incentivo, apoio, conselhos, nos momentos que eu mais precisei sempre estiveram do meu lado, muito obrigada por tudo.

Agradeço todo carinho e paciência da professora Ana Paula Maffezzolli que nas dificuldades dessa jornada de monografia se colocou sempre a disposição com

palavras de incentivo as quais foram primordiais para encorajar-me nessa caminhada. Obrigada por tudo.

Também quero agradecer com muito carinho os professores participantes da Banca examinadora que se propuseram a dividir comigo esse momento tão importante e esperado. Enfim, por todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para essa nova etapa da minha vida meu muito obrigada.

*Nossa maior fraqueza está em  
desistir. O caminho mais certo de vencer  
é tentar mais uma vez.*

*"Thomas Edison"*

## RESUMO

O crescente nível de endividamento das pessoas e o precoce fechamento das micro e pequenas empresas demonstram a existência de dificuldade tanto de pessoas físicas como jurídicas, em gerir seus recursos o que pode refletir em um alto índice de mortalidade das empresas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar de que forma uso ou aplicação do princípio da entidade influencia na gestão financeira empresarial das micro e pequenas empresas. Para realização deste trabalho inicialmente foram utilizadas pesquisas bibliográficas e posteriormente foi feita uma pesquisa de campo com características qualitativa em duas empresas no município de Itaituba-PA, empregando como método de coleta de dados uma entrevista aos gestores por meio de um questionário semiestruturado. O estudo apresentado cumpriu o objetivo proposto, constatando que a não aplicação do princípio da entidade tem uma grande influencia na gestão financeira empresarial, interferindo de forma significativa na gestão como um todo na organização dificultando a sua permanência no mercado. Desse modo conclui-se que o endividamento pessoal ou empresarial e conseqüentemente o encerramento dessas empresas ocorrem por decisões errôneas que são tomadas no dia a dia por falta de controle, falta de conhecimento adequado dos indivíduos, assim, torna-se imprescindível a busca de capacitação na educação financeira, auxiliando a melhor forma de se ter o controle dos recursos financeiros distinguindo os recursos pessoais do empresarial, com isto, terá como benefícios a diminuição do grau de endividamento e a instabilidade financeira, possibilitando maior perspectiva de desenvolvimento para as micro e pequenas empresas.

Palavras-chave: Contabilidade Financeira. Finanças Pessoal e Empresarial. Princípio da Entidade.

## **ABSTRACT**

The increasing level of people's indebtedness and the early closure of Micro and Small Companies demonstrate the difficulty of both individuals and companies in managing their resources, which may reflect a high mortality rate for companies. This research aims to analyze how the use or application of the principle of the entity influences the business financial management of micro and small enterprises. In order to carry out this work, bibliographical research was used in books, articles and online collections. Later, a qualitative field research was carried out in two companies in the city of Itaituba-Pa, using as an information collection method an interview with the managers through of a semi-structured questionnaire. The presented study fulfilled the proposed objective, noting that the non-application of the entity principle has a great influence on the corporate financial management, interfering in a significant way in the management as a whole in the organization making difficult its permanence in the market. Since personal or corporate indebtedness and consequently the closure of these companies occur due to erroneous decisions that are taken on a day-to-day basis due to lack of control, lack of adequate knowledge of individuals, it is therefore essential to seek training in financial education, helping the best way to control financial resources by distinguishing the personal resources of the business, with this, it will have as benefits the reduction of the degree of indebtedness and the financial instability, allowing a greater perspective of development for Micro and Small companies.

**Keywords:** Financial Accounting. Personal and Business Finance. Principle of the Entity.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Distinção de usuários da contabilidade .....   | 21 |
| Figura 2 – Lucro X Caixa.....                             | 46 |
| Figura 3 – Ranking desempenho de Educação Financeira..... | 48 |
| Figura 4 – Estrutura do Patrimônio.....                   | 56 |
| Figura 5 – Empresa Importados 2 irmãs.....                | 68 |
| Figura 6 – Empresa Estilo Uniformes.....                  | 69 |

**LISTA DE QUADROS**

|                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Estrutura básica do balanço patrimonial empresarial..... | 23 |
| Quadro 2 – Balanço Patrimonial Pessoal Simplificado.....            | 24 |
| Quadro 3 – Demonstração de Resultado do Exercício.....              | 25 |
| Quadro 4 – Demonstração do Fluxo de Caixa Pessoa Física.....        | 26 |
| Quadro 5 – Demonstração do Fluxo de Caixa Pessoa Jurídica.....      | 27 |
| Quadro 6 – Princípios da gestão de caixa.....                       | 43 |

## **LISTA DE SIGLAS**

AEF – Associação de Educação Financeira  
BP – Balanço Patrimonial  
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis  
CORECON-PA – Conselho Regional de Economia do Pará  
CVM – Comissão de Valores Mobiliários  
DFC – Demonstração do fluxo de caixa  
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício  
ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira  
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
PC – Princípios de Contabilidade  
PFC – Princípios Fundamentais de Contabilidade  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresas

## SUMÁRIO

|                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                 | <b>15</b> |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                                         | <b>17</b> |
| 2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE CONTABILIDADE FINANCEIRA.....                | 17        |
| 2.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....                                       | 22        |
| 2.2.1 Balanço patrimonial (BP).....                                       | 23        |
| 2.2.2 Demonstração de resultados do exercício - DRE.....                  | 25        |
| 2.2.3 Demonstração de fluxo de caixa – DFC .....                          | 25        |
| 2.3 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE.....                                      | 28        |
| 2.3.1 Princípio da Entidade.....                                          | 29        |
| 2.3.2 Princípio da Continuidade .....                                     | 30        |
| 2.3.3 Princípio da Oportunidade .....                                     | 31        |
| 2.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original .....                     | 32        |
| 2.3.5 Princípio da Competência .....                                      | 33        |
| 2.3.6 Princípio da Prudência.....                                         | 33        |
| 2.3.7 O Princípio da entidade e sua influência na gestão financeira ..... | 34        |
| 2.4 GESTÃO FINANCEIRA.....                                                | 36        |
| 2.4.1 Dificuldade na gestão dos negócios .....                            | 38        |
| 2.4.1.1 Administração do capital de giro .....                            | 39        |
| 2.4.1.2 Gestão de Caixa.....                                              | 42        |
| 2.4.1.3 Lucro X Resultado de Caixa.....                                   | 44        |
| 2.5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....                                             | 47        |
| 2.5.1 Planejamento financeiro .....                                       | 51        |
| 2.5.1.1 Orçamento pessoal .....                                           | 52        |
| 2.5.1.2 Orçamento empresarial.....                                        | 52        |
| 2.5.1.3 Educação financeira Corporativa .....                             | 54        |
| 2.6 O PATRIMÔNIO .....                                                    | 55        |
| 2.6.1 Receitas e despesas .....                                           | 56        |
| 2.6.1.1 Receitas .....                                                    | 57        |
| 2.6.1.2 Despesas .....                                                    | 58        |
| 2.6.2 Análise de indicadores .....                                        | 59        |

|                                                  |           |
|--------------------------------------------------|-----------|
| 2.6.2.1 Liquidez .....                           | 60        |
| 2.6.2.2 Endividamento.....                       | 62        |
| 2.6.2.3 Rentabilidade .....                      | 63        |
| <b>3 METODOLOGIA .....</b>                       | <b>65</b> |
| 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....             | 65        |
| 3.2 CONTEXTO E AMBIENTE DA PESQUISA.....         | 67        |
| 3.3 CARATERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS ..... | 68        |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>            | <b>70</b> |
| 4.1 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO.....           | 70        |
| 4.2 CONTROLE FINANCEIRO EMPRESARIAL .....        | 70        |
| 4.3 CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL.....             | 71        |
| 4.4 CONTROLE E FLUXO DE CAIXA .....              | 72        |
| 4.5 IDENTIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE ..... | 75        |
| 4.6 RESULTADOS DO PERÍODO .....                  | 78        |
| 4.7 GESTÃO FINANCEIRA.....                       | 79        |
| 4.8 CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO .....             | 80        |
| 4.9 SUGESTÕES .....                              | 81        |
| 4.9.1 Recomendações para empresa A: .....        | 81        |
| 4.9.2 Recomendações para empresa B: .....        | 83        |
| <b>5 CONCLUSÃO .....</b>                         | <b>84</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                          | <b>86</b> |
| <b>APÊNDICE.....</b>                             | <b>92</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

É primordial que as empresas tenham o equilíbrio das suas finanças e frequentemente essa situação é abalada, tendo como principal motivo o fato dos empresários na sua essência, não entender a seriedade que se tem em manter separados os bens individuais do patrimônio da empresa, isto é, distinguir o que é da pessoa jurídica (empresa) e o que é da pessoa física (empresário).

Essa dificuldade deve-se por muitas vezes a empresa está situada junto à moradia do proprietário, sendo em um mesmo prédio ou em uma repartição da mesma casa. Isso faz com que as despesas básicas como água e energia elétrica não sejam separadas, e ainda não se sabe se o terreno pertence à pessoa física ou jurídica (RUBERT *et al*, 2010).

Desse modo, quando o gestor (empresário) não difere suas finanças pessoais das finanças da empresa seus relatórios financeiros dificilmente prestarão informações exatas do real aspecto da empresa dificultando então a tomada de decisões e muitas vezes levando a inadimplência e posteriormente até a falência.

Segundo Mello (2010, p. 1), o SEBRAE realizou alguns estudos que apontam que cerca de "30% das empresas brasileiras fecham as portas no primeiro ano de vida. [...] e 96% das empresas que fecham as portas nos cinco anos iniciais pertencem ao seguimento das micro e pequenas empresas". A instabilidade econômica e a competitividade do mercado evidenciam a dificuldade de sobrevivência das micro e pequenas empresas no país, além desse, muitos outros fatores contribuem para esse fim, como a alta carga tributária, a falta de planejamento e as dificuldades gerenciais dos empresários.

Estas dificuldades ficaram ainda maiores com os avanços crescentes do mercado financeiro que fez com que as empresas tivessem a necessidade de idealizar melhor sua gestão financeira. Independente do seguimento, criou-se importância ao valor da transparência da Contabilidade e da gestão financeira das empresas em geral, pois a partir delas é possível constatar um melhor desempenho das organizações no mercado.

Considerando o crescente nível de endividamento das pessoas físicas e o precoce fechamento de micro e pequenas empresas no país, é notória a dificuldade de gestão financeira tanto pessoal quanto empresarial, possivelmente essa questão pode não estar ligada apenas aos contratempos do cenário econômico, mas também

a carência de educação financeira na vida dos cidadãos, implicando muitas vezes em grande insatisfação pessoal e profissional, o que gera reflexos na sociedade como um todo.

Dessa forma, o presente trabalho objetiva analisar de que forma o uso ou aplicação do princípio da entidade influencia na gestão financeira empresarial das micro e pequenas empresas. O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, assim, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, o patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira.

Para atingir o objetivo proposto esta pesquisa trás as seguintes questões norteadora: De que forma os empresários podem harmonizar as finanças pessoais e empresariais sem ferir o princípio da entidade? A que se deve o alto grau de endividamento pessoal e o fechamento das micro e pequenas empresas? De que forma a Contabilidade pode contribuir para o controle financeiro das pessoas físicas e jurídicas?

Para o desenvolvimento deste trabalho a metodologia utilizada inicialmente foi a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e acervos online e posteriormente foi realizada a pesquisa de campo com características qualitativa em duas empresa no município de Itaituba-PA, empregando como método de coleta de dados a entrevista com os gestores por meio de um questionário semiestruturado com perguntas subjetivas e objetivas.

O presente estudo está estruturado em cinco seções na qual a primeira consta a introdução contextualizando sobre o assunto abordado; a segunda apresenta o histórico da Contabilidade financeira destacando a gestão e a Educação financeira; a terceira destaca os procedimentos metodológicos; a quarta seção compreende a análise dos dados coletados com a entrevista e por fim a conclusão na qual é retratado o resultado da pesquisa e também as observações com maiores relevância a respeito do estudo realizado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE CONTABILIDADE FINANCEIRA

Há muito tempo surgiu a preocupação do homem com relação ao patrimônio e suas mutações ainda que involuntariamente pelos indivíduos da antiguidade. Segundo Iudícibus (2000) os primeiros sinais da Contabilidade se deu há 4.000 anos a.c. no entanto, o homem já a utilizava muito antes desse período, de forma bem primitiva marcava suas caças e pescas, controlava a quantidade de animais no seu rebanho e o fazia através de desenhos as imagens representativas de cada um e assim, sabia quanto o seu patrimônio aumentava ou diminuía.

Ainda conforme Iudícibus (2000) a evolução da Contabilidade se deu aos poucos de acordo a evolução do próprio ser humano, pois à medida que suas necessidades de controle surgiam também surgiam os novos métodos e ferramentas para auxiliá-los. Todavia essa evolução teve maior progresso com o desenvolvimento do comércio, nesse período as necessidades de novas formas de avaliar e controlar o patrimônio se tornaram ainda mais evidentes e serviram de impulso para que o homem buscasse se aperfeiçoar cada vez mais como acontece até hoje.

Do mesmo modo, Iudícibus e Marion (2007) alega que a Contabilidade iniciou com a curiosidade do homem primitivo em saber se seu rebanho (Patrimônio) havia aumentado, mas como nessa época ainda não havia a escrita então resolveu utilizar o que tinha, ou seja as pedras, cada pedrinha significava uma ovelha, o que demonstra que mesmo antes da escrita nossos ancestrais já elaboravam rusticamente o que hoje chamamos de inventário.

Isso é, "[...] mesmo sem moeda, escrita e números, a Contabilidade, como inventário, já existia, ficando evidenciado que ela é tão antiga quanto a existência do homem em atividade econômica" (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, p. 32). Em outras palavras, os autores afirmam que a Contabilidade é uma das ciências mais antigas e vem sendo aperfeiçoada conforme o desenvolvimento da sociedade.

Ainda de acordo com os renomados autores Iudícibus e Marion (2007) posulam a Contabilidade ainda que com um desenvolvimento lento até certo tempo, mostra a cada passo a sua importância que cresce de acordo com o

desenvolvimento do comércio assegurando informações mais claras e fidedignas aos gestores viabilizando uma melhor gestão.

A Contabilidade tem como princípio produzir a informação precisa para que seja usada com segurança nas tomadas de decisão. [...] tem dois objetivos com base nas informações geradas: o controle e planejamento. Ela fornece informações para sócios, acionistas, quotistas, fornecedores, funcionários, administradores e governo. Segundo alguns autores, ela pode se dividir em três tipos: Contabilidade Financeira (Societária), Contabilidade Gerencial e Contabilidade Fiscal (SILVA, 2010, p. 12).

Diante da afirmação do autor, é notável que a necessidade de se obter informações distintas e seguras para melhor auxiliar os empresários nas tomadas de decisões e essa “missão” é atribuída à Contabilidade, pois a mesma tem o poder de gerar dados os quais permitem o controle e planejamento das atividades financeiras, gerenciais e também os fiscais.

Para obter dados úteis para uma gestão eficiente do patrimônio é preciso se utilizar de mecanismos para auxiliar o gestor na execução de suas atividades, desse modo Marion defende que a “contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis, para a tomada de decisões, dentro e fora da empresa [...]”. (MARION, 2009 *apud* BAZZI, 2014, p. 33).

Na abordagem de Lorentz (2015), afirma-se que ao longo de sua evolução a Contabilidade se mostrou sempre muito preocupada com a confiabilidade das informações que provê para seus usuários. Ou seja, a Contabilidade no decorrer da sua história tem aprimorado seus recursos para melhor atender seus usuários, com informações mais precisas, seguras e confiáveis.

Para tanto a Contabilidade tem várias ramificações como, contabilidade de Custos, Gerencial, de Recursos Humanos, Social, Rural, Fiscal, Financeira entre outras, cada modalidade veio surgindo ao longo do tempo de acordo com as necessidades do usuário. Nesse sentido “[...] a contabilidade financeira também conhecida como contabilidade geral, surgiu com o desenvolvimento do comércio” com a finalidade de gerar informações contábeis para atender o público externo a organização (LORENTZ, 2015, p. 3).

Outros autores assim como, Martins (2000, p. 19) relatam que “até a Revolução Industrial, quase só existia a contabilidade financeira (ou Geral), que, [...] estava bem estruturada para servir as empresas comerciais”. Desse modo, para efeito de desenvolvimento desse trabalho toma-se por base a contabilidade

financeira como principal alicerce de apoio e tratamento das informações de uma entidade seja ela física ou jurídica.

Na visão de Lorentz (2015) o crescimento do comércio veio com o fim da guerra das cruzadas, o desenvolvimento do transporte marítimo entre outros fatores funcionou como um impulso para o desenvolvimento da Contabilidade atingindo o auge no século XVIII com a Revolução Industrial. Até então as atividades contábeis eram voltadas completamente para o comércio, as empresas que compravam produtos de terceiros para revenda.

Afirmando ainda, que foi com o advento das indústrias que a ciência contábil teve que fazer novas adaptações para atender esse novo público o qual fabricavam produtos e por isso necessitavam de controles diferenciados e foi então que surgiu a contabilidade de custos para que pudesse auxiliar a contabilidade financeira com a elaboração seus demonstrativos financeiros (LORENTZ, 2015).

Diante do que foi apresentado pelo autor a Contabilidade teve a necessidade de ramificar-se para melhor assessorar a contabilidade financeira e atender seus usuários com maior qualidade e eficiência, pois como exposto anteriormente nesse mesmo tópico a maior preocupação da Contabilidade é a confiabilidade das informações que são fornecidas a seus usuários através de seus mecanismos.

Uma vez que, antes da industrialização a Contabilidade era mais simples conforme Martins (2000), as demonstrações dos antigos comerciantes eram bastante simples, bastava observar quanto tinha no estoque, somava-se com o quanto tinha comprado (valor das entradas) e diminuía as vendas (valor das saídas) obtinha-se o inventário do estoque no período, então se comparava esse valor com as receitas e abatia as despesas e posteriormente tinha se uma simples demonstração dos resultados (DRE).

Com o advento das indústrias, tornou-se mais complexa a função do contador que, para levantamento do balanço e apuração do resultado, não dispunha agora tão facilmente dos dados para poder atribuir valor aos estoques; seu valor de "compras" na empresa comercial estava agora substituído por uma série de valores pagos pelos fatores de produção utilizados (MARTINS, 2000, p. 20).

Tal complexidade veio aumentando no decorrer dos anos o que proporciona que a profissão se reinvente e se adapte a novas situações. Percebe-se assim a relevância do trabalho minucioso da Contabilidade em uma entidade, a qual tem por

base o tratamento de informações visando potencializar a gestão patrimonial permitindo fácil acesso aos usuários dessa ciência.

Na opinião de Lorentz (2015), a Contabilidade é contemplada por dois tipos de usuários os internos e externos. Os usuários internos são aquelas pessoas de dentro da empresa, os administradores, assessores que utilizam as informações para tomar decisões quanto a empréstimos, financiamentos, compras e outras operações de controle interno.

Lorentz (2015) discorre que enquanto os usuários externos são aquelas pessoas que necessitam dos dados contábeis para avaliar a situação econômico-financeira das empresas, por exemplo, os bancos para avaliar condições de crédito, o governo que a partir desses elementos poderão fiscalizar as operações e identificar possíveis sonegações fiscais, também são usuários externos os fornecedores, os investidores, acionistas entre outros os quais são o foco da contabilidade financeira.

Evidentemente, os gerentes (administradores) não são os únicos que se utilizam da contabilidade. Os investidores (sócios ou acionistas), ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente no lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os fornecedores de mercadoria a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas; os bancos, por sua vez, emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento; o governo quer saber quanto de imposto foi gerado, para os cofres públicos; outros interessados desejam conhecer melhor a situação da empresa: os empregados, os sindicatos, os concorrentes, etc. (MARION, 2004, p. 27).

Na maioria das vezes as pessoas consideram que a contabilidade é apenas para empresários ou administradores de um negócio, e de fato não é como comenta Marion (2004) que de forma simples demonstra os usuários dessa ciência. Cada usuário tem interesses específicos, a Contabilidade procura atender a necessidade de cada um da melhor forma possível.

Conforme Iudícibus (2009) não é fácil distingui onde a contabilidade financeira se separa da contabilidade gerencial. Porém é possível destaca que as demonstrações contábeis como o balanço patrimonial, Demonstração de resultados do exercício entre outras pode ser a linha que as apartam uma da outra.

Sendo as demonstrações contábil-financeiras o limite da contabilidade financeira a qual suas informações são de extrema importância não só para os

interesses externos a empresa, mas também serve como base para a contabilidade gerencial fazer suas análises e tomadas de decisões (IUDÍCIBUS, 2009).

A contabilidade financeira lida com a preparação e o esclarecimento dos relatórios financeiros as pessoas externas a empresa, diferente da contabilidade gerencial que procura gerar informações para os indivíduos com relação interna da empresa, ou seja, essa contabilidade procura dar bases para que funcionários e gestores tome as melhores decisões a cerca de suas atividades como explica Atkinson *et al.* (2011).

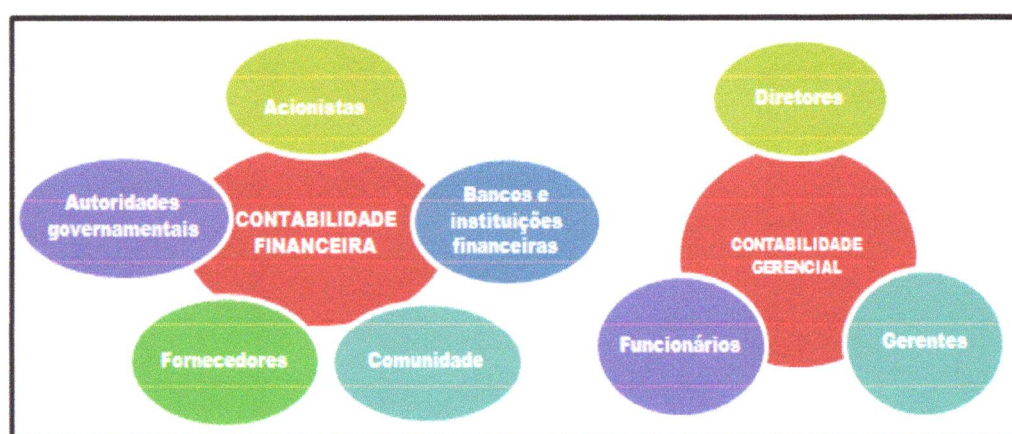


Figura 1 – Distinção de usuários da contabilidade. Fonte: Atkinson *et. al* (2011) adaptado.

Segundo Paz (2017), a Contabilidade é a principal parceira da entidade uma vez que seus registros contábeis são de suma importância na geração de informações adequadas dando assim suporte para a melhor administração da empresa. O autor relata ainda que:

Os usuários das informações registradas não são somente os sócios ou proprietários para tomada de decisão, mas também os bancos, investidores, governo, clientes e fornecedores. Estes possuem interesse nos dados da empresa, em busca de avaliar a capacidade financeira de pagamentos conhecendo as principais receitas, despesas operacionais e também para avaliar os indicadores de liquidez (PAZ, 2017, p. 1).

Portanto, a Contabilidade é de fundamental importância não só para as empresas e seus gestores ou sócios, mas também para todo o público interno e externo à organização inclusive para as pessoas físicas que desejam controlar adequadamente as receitas e despesas do seu patrimônio avaliando assim a saúde financeira das pessoas com ou sem vínculo empresarial.

## 2.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são instrumentos utilizados para gerar informações de como anda a saúde financeira da empresa (Pessoa Jurídica) como também do empresário (Pessoa Física), ou seja, são relatórios utilizados pela gestão para avaliar a situação patrimonial e financeira tanto da empresa quanto também do empresário já que ambos se distinguem como personalidades.

Neste sentido, as demonstrações contábeis ou financeiras representa uma reunião de informações apuradas e divulgadas pelas empresas, que refletem o desempenho destas ao longo de um período de um ano, correspondente ao exercício social (RIBEIRO, 2011).

Isto é, as demonstrações são um conjunto de fotografias do patrimônio da empresa, na qual demonstra em detalhes cada ângulo específico com intuito de gerar informações, refletindo as dívidas e quando comparado com demonstrações (fotografias) anteriores, sendo possível observar a mutação do patrimônio e mensurar o lucro ou prejuízo obtido em um determinado período de tempo.

As demonstrações financeiras que as pessoas externas, mais utilizam geralmente aparecem no relatório anual aos acionistas e os demais interessados juntamente com o parecer da administração da empresa relatando o que foi realizado no ano que se passou e o que se espera fazer no próximo exercício, além de fotos dos principais elementos da empresa e também as principais demonstrações como balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa, notas explicativas às demonstrações financeiras e um parecer dos auditores externos (STICKNEY; WEIL, 2001).

Na visão de Blatt (2001) as demonstrações revelam a seus utilizadores os acontecimentos significativos que ocorrem na empresa, servindo de embasamento para as tomadas de decisões, no entanto, se tais informações não estiverem minuciosamente corretas poderão dar margem para decisões errôneas que podem afetar negativamente a saúde econômico-financeira da entidade.

Em outras palavras, é imprescindível a precisão, segurança e fidedignidade das informações prestadas para que assim, o diagnóstico gerado pelas demonstrações seja o mais assertivo possível no intuito de garantir com que os gestores possam ter segurança na hora de tomar qualquer decisão.

### 2.2.1 Balanço patrimonial (BP)

O balanço patrimonial é um dos principais demonstrativos financeiros, e a sua estrutura permite observar a real situação financeira não só das pessoas jurídicas, mas também pessoas físicas. Porém muitas vezes a carência ou dificuldade de compreensão do seu funcionamento faz com que esse demonstrativo não receba a devida atenção ainda que, no caso das empresas, seja obrigatório por lei a sua utilização.

Sendo assim é primordial entender a estrutura básica do balanço, uma vez que Chiavenato (2014) explica que essa demonstração reflete a situação do patrimônio da empresa no exercício em questão. O patrimônio é composto pelos bens, direitos e obrigações e no balanço é representado por dois grupos, o grupo do ativo que fica no lado esquerdo do balanço representando os bens e direitos da empresa e no lado direito o grupo do passivo representando as obrigações a serem cumpridas.

De forma simples, o autor coloca ainda que, o lado do ativo demonstra onde estão aplicados os recursos da empresa, ou seja, se a empresa tem dinheiro em caixa, se investiu na compra de mercadorias, móveis ou imóveis. Já no passivo, apresenta a origem dos recursos aplicados no ativo, isto é, se vieram do capital de terceiros como fornecedores, empréstimos feitos junto a bancos ou ainda se vieram do próprio capital da empresa, portanto a somatória de ambos os lados deve ser idêntico. Tendo em vista as informações anteriores pode-se considerar a estrutura do quadro a seguir:

Quadro 1 – Estrutura básica do balanço patrimonial empresarial. Fonte: Ornelas (2013) adaptado.

| ATIVO                    | PASSIVO                   |
|--------------------------|---------------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>        | <b>CIRCULANTE</b>         |
| Caixa e banco            | Fornecedores              |
| Estoque                  |                           |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>    | <b>NÃO CIRCULANTE</b>     |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | Financiamentos bancários  |
| Depósitos judiciais      |                           |
| INVESTIMENTOS            | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |
| Participações diversas   | Capital Social            |
| IMOBILIZADO              |                           |
| Terrenos                 |                           |
| INTANGÍVEL               |                           |
| Bens incorpóreos         |                           |
| <b>TOTAL</b>             | <b>TOTAL</b>              |

Similarmente Stickney e Weil (2001, p. 24) caracterizam que “o balanço patrimonial apresenta um flagrante dos financiamentos e investimentos de uma empresa, em determinado instante”. Em outras palavras, o balanço reflete todas as ações, modificações de natureza financeira ocorridas na organização.

No sentido da afirmação anterior, Ribeiro (2011) também define balanço patrimonial como uma fotografia da condição financeira da empresa em um determinado período demonstrando de forma quantitativa e qualitativa as condições em que se encontram as finanças da organização.

Então é possível identificar que essa ferramenta é de fundamental importância para manter uma boa gestão dos recursos da empresa, mas como relatado anteriormente esse instrumento também pode ser adequado para auxiliar o controle das finanças pessoais permitindo o indivíduo uma percepção efetiva da situação patrimonial particular. Basta adaptar para a realidade em questão ao balanço conforme mostra o exemplo abaixo:

Quadro 2 – Balanço Patrimonial Pessoal Simplificado. Fonte: Ávila (2013) adaptado.

| ATIVO                       |     | PASSIVO                        |     |
|-----------------------------|-----|--------------------------------|-----|
| ATIVO CIRCULANTE            | R\$ | PASSIVO CIRCULANTE             | R\$ |
| Disponibilidades            |     | Cheque especial                |     |
| Dinheiro na carteira        |     | Cartão de crédito              |     |
| Conta Corrente              |     | Prestações de empréstimos      |     |
|                             |     | Prestações de casa             |     |
| Contas a receber            |     | Prestações de veículo          |     |
| Salário ou Pró-labore       |     | Prestações de escola/faculdade |     |
| Outras contas               |     | Plano de saúde                 |     |
| Recursos estocados          |     | Contas a pagar                 |     |
| Poupança                    |     | Aluguel                        |     |
| Previdência Privada         |     | Impostos                       |     |
| CDB e outros                |     | Outros Débitos a pagar         |     |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b> |     | <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>  |     |
| Veículos                    |     | Financiamentos                 |     |
| Imóveis                     |     | Prestações de empréstimos      |     |
| Jóias                       |     | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>      |     |
| Outros                      |     | Riqueza líquida                |     |
| Total                       |     | Total                          |     |

Essa ferramenta auxilia no controle dos bens, direitos e obrigações, prestando informações compatíveis conforme as mutações ocorridas em um determinado período. Sendo assim, é primordial a atenção e análise adequada da demonstração tendo em vista que ela fornece um conjunto de informações que proporciona uma imagem real da situação patrimonial da empresa.

### 2.2.2 Demonstração de resultados do exercício - DRE

Esse demonstrativo financeiro manifesta os resultados das operações da empresa, ou seja, se a empresa obteve lucro ou prejuízo e também suas receitas e despesas que são as responsáveis pelos resultados positivos ou negativos (CHIAVENATO, 2014).

Para Hoji (2008) citado por Ribeiro (2011), define a DRE como uma demonstração que faz um raio-x minucioso das receitas e das despesas da empresa gerando o aumento ou redução de seu patrimônio. A demonstração de resultado do exercício “visa a demonstrar aos usuários que houve de acréscimo ou decréscimo no patrimônio líquido da entidade por efeito da atividade econômica realizada por esta” (PEREIRA, 2011, p. 224).

Quadro: 3 – Demonstração de Resultado do Exercício. Fonte: Sá (2009)

| Receita Líquida                     | R\$ |
|-------------------------------------|-----|
| (-) Custos das Vendas               |     |
| (=) Lucro Bruto                     |     |
| (-) Despesas operacionais           |     |
| Despesas comerciais                 |     |
| Despesas administrativas            |     |
| Despesas financeiras                |     |
| Outros resultados operacionais      |     |
| (=) Lucro antes do Imposto de Renda |     |
| (-) Imposto de Renda                |     |
| (=) Lucro Líquido                   |     |

Assim, a DRE é uma demonstração que resume as receitas, custos e despesas de um determinado período, a consequência da subtração revela os resultados econômicos da entidade, devendo ser elaborada de acordo com o regime de competência. Esse demonstrativo expressa se no período a empresa obteve lucro ou prejuízo em suas operações, auxiliando na tomada de decisões estratégicas.

### 2.2.3 Demonstração de fluxo de caixa – DFC

Dentre as várias razões que podem causar o fracasso ou até mesmo a falência de uma empresa esta a falta do fluxo de caixa ou a má gestão do mesmo.

Dessa forma, essa demonstração torna-se uma das mais eficientes na empresa quando se quer saber de imediato como está o seu caixa, podendo ainda projetá-lo e identificar se terá condições de honra com suas despesas, fazer investimentos ou se precisará de recursos de financiamentos.

De acordo com Marion (1998) *apud* Ribeiro (2011), a DFC demonstra de onde veio todo dinheiro que entrou em caixa e o que foi feito com os valores saídos do caixa do período. Como cita Matarazzo (1995), que vale ressaltar a importância da demonstração de fluxo de caixa, pois a partir dela é possível verificar a situação da liquidez da empresa e até mesmo diagnosticar problemas de insolvência, adverte ainda que a má gestão da DFC pode levar qualquer empresa à falência.

Pereira (2011) também destaca essa demonstração como uma das mais importantes para uma boa gestão empresarial, por isso se deve ter cautela ao conduzir seus resultados, pois nem sempre lucro é sinal que a empresa está indo bem ou que seja sendo um fracasso.

Há situações, por exemplo, que por conta do princípio da competência, que impõe o dever de registrar os fatos no período em que ocorre independente se houve a entrada ou saída do dinheiro no caixa, acontece de ser lançado como receita, valores que ainda não deram entrada no caixa ou lançamento de despesas as quais ainda não foram pagas de fato, pois não houve essa movimentação no mesmo.

Quadro 04 – Demonstração do Fluxo de Caixa Pessoa Física. Fonte: Sá (2009)

| ENTRADAS               |                |
|------------------------|----------------|
| Salário                | 4.200          |
| Diversos               | 0              |
| Total de Entradas (1)  | <b>4.200</b>   |
| SAÍDAS                 |                |
| Despesas com moradia   | (1.095)        |
| Despesas com veículo   | (1.250)        |
| Despesas com empregada | (480)          |
| Alimentação            | (800)          |
| Lazer                  | (330)          |
| Seguros em geral       | (550)          |
| Saúde e higiene        | (450)          |
| Diversos               | (500)          |
| Total das Saídas (2)   | <b>(5.455)</b> |
| SALDO = (1) + (2)      | <b>(1.255)</b> |

A imagem do quadro acima, ilustra como a demonstração do fluxo de caixa pode ser simples, porém não podemos nos deixar enganar, pois essa simplicidade

faz toda diferença quando o assunto é controlar os saldos de entrada e saída do seu patrimônio e da mesma forma acontece na DFC para as empresas.

Quadro 5 – Demonstração do Fluxo de Caixa Pessoa Jurídica. Fonte: Sá (2009)

|                                            |
|--------------------------------------------|
| <b>Saldo Inicial (1)</b>                   |
| <b>Entradas</b>                            |
| Recebido de clientes                       |
| Entradas financeiras                       |
| <b>Total de Entradas (2)</b>               |
| <b>SAÍDAS</b>                              |
| Saídas administrativas                     |
| Saídas comerciais                          |
| Folha de pagamento, encargos e benefícios. |
| Serviços de terceiros                      |
| Impostos e taxas                           |
| Saídas Financeiras                         |
| Saídas Patrimoniais                        |
| Outras                                     |
| <b>Total das Saídas (3)</b>                |
| <b>SALDO = (1) + (2) - (3)</b>             |

Com essa ferramenta temos várias possibilidades, é possível saber as entradas e saídas de dinheiro no dia-a-dia da empresa, como já mencionado anteriormente, como também se pode projetar o fluxo de caixa e saber quando vai haver recebimentos, quando precisará fazer pagamentos, e mais, quando não haverá dinheiro em caixa. Dessa forma, sabendo identificar as faltas e as sobras de caixa o gestor organizar-se e prepara a empresa para os próximos períodos (SÁ, 2009).

O autor afirma ainda que é comum as pessoas confundirem fluxo de caixa projetado com planejamento financeiro. No entanto, há diferenças entre esses conceitos, levando em consideração que o fluxo de caixa projetado é resultado da reunião das contas a receber com as contas a pagar e o planejamento financeiro, por sua vez, é uma estratégia baseada no fluxo de caixa projetado objetivando a qual tem como objetivo garantir que não falem recursos para a empresa liquidar seus compromissos (SÁ, 2009).

Segundo Chiavenato (2012) as entradas e saídas de dinheiro é o que move o fluxo de caixa, desse modo o autor destaca a importância do mesmo como ferramenta de controle e previsão tanto das entradas como das saídas de recurso no

sentido de antecipar as decisões futuras prevenindo se de eventuais problemas financeiros.

Chiavenato (2012), complementa ainda que, por trazer uma visão mais abrangente de todas as operações de recebimentos e pagamentos, a previsão de fluxo de caixa possibilita planejar e prever as necessidades de caixa em dado período. Assim é importante, que a empresa saiba como seu fluxo de caixa precederá, pois se houver necessidade de caixa, por exemplo, o gestor pode se antecipar e planejar um financiamento, ou no caso de sobra de caixa pode estudar a melhor maneira de investir tal recurso.

Desse modo, a DFC é essencial para o bom desempenho financeiro de qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, tendo em vista que esse demonstrativo resume de forma simples toda movimentação de caixa com isso revela o resultado financeiro de um determinado período. Com isso ele pode ser usado para observar as operações que já aconteceram, ou seja, o histórico de movimentação e também prever as movimentações futuras. Desse modo, a empresa se antecipa aos resultados podendo tomar medidas preventivas contra um eventual problema financeiro.

## 2.3 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Como toda ciência a Contabilidade também tem seus princípios, e os mesmos orientam as atividades da profissão contábil. Porém de acordo com Niyama (2010) a expressão princípios contábeis surgiu por volta de 1972, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC (Resolução 321/72) e também pelo Banco Central (Circular 179/72), no entanto, nenhum desses órgãos definiu exatamente o que e quais seriam esses princípios.

Niyama (2010) coloca ainda que mesmo com a criação dos princípios contábeis o que prevalecia ainda que informalmente eram os conceitos trazidos pelas escolas norte-americanas sobre princípios contábeis geralmente aceitos os quais também não chegaram a ser detalhado o que de fato era.

Ainda conforme o autor, o CFC divulgou em 1981, a resolução 530 que definiam quais eram os princípios fundamentais de Contabilidade, mas só em 1993 com a edição da resolução 750, foram definidos sete princípios – Entidade,

Continuidade, Custo como Base de Valor, Prudência, Competência, Objetividade e Atualização Monetária.

Os princípios fundamentais de contabilidade na visão de Crepaldi (2013) refletem a estrutura dos ensinamentos teóricos das normas da ciência contábil as quais regem a profissão em todo o país. Porém, com a criação da Resolução do CFC 1.282/10, alterando o que antes era chamado de Princípios Fundamentais de Contabilidade – PFC pela Resolução 750/93 passando a ser chamado apenas de Princípios de Contabilidade – PC, e com a extinção do princípio da Atualização Monetária o qual se agregou ao Princípio do Registro Pelo Valor Original passando a vigorar apenas seis princípios. Atualmente os princípios de contabilidade são:

### **2.3.1 Princípio da Entidade**

A ciência contábil também é reconhecida como ciência social a qual tem como objetivo o patrimônio das entidades, e para que essa entidade prospere, é fundamental a correta aplicação dos princípios os quais orientam a forma adequada dos procedimentos contábeis.

O princípio da Entidade conforme Crepaldi (2013), identifica o Patrimônio como instrumento da Contabilidade e reconhece a autonomia patrimonial, ou seja, há a necessidade de uma diferenciação entre um patrimônio particular em relação aos demais patrimônios que possa se observar, seja esse patrimônio de uma pessoa, de uma sociedade entre outros independente de sua natureza ou finalidade. A Resolução do CFC 750/93 estabelece no seu artigo 4º que:

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Em síntese, a Contabilidade deve manter empresa e proprietário ou sócios como pessoas distintas, isto é, não deve se confundir atos e fatos da pessoa física com os da pessoa jurídica e vice e versa. É evidente, a importância de manter ambos os patrimônios separados para que assim não se comprometa os relatórios

contábeis os quais ofereceram informações mais corretas com relação a situação financeira da empresa.

Coelho e Lima (2010) postulam que na prática, quando o proprietário vai ao supermercado por exemplo e compra itens para seu uso pessoal e utiliza um cheque da empresa para o pagamento, ou utiliza o seu veículo particular para fazer uma entrega e essas atividades não são registradas corretamente, há então um confronto ao princípio da entidade, pois o empresário não está fazendo a devida separação dos patrimônios.

Essa dificuldade aumenta nas Micro e Pequenas empresas ou empresas familiares, na qual o dono, na maioria das vezes, também é o administrador do negócio e assim muitas vezes se utilizam do caixa da empresa como caixa pessoal, fazendo pagamentos das despesas pessoais. Esse princípio da Contabilidade é considerado um dos mais difíceis para o empresário, o mesmo é desrespeitado todas as vezes em que o empresário mistura as finanças da empresa com as finanças pessoais.

Tais atitudes podem acarretar em diversos problemas como, por exemplo, dificuldades com o caixa, problemas na hora de fechar o balanço, dessa forma seu controle financeiro acaba sendo prejudicado, pois as informações a serem alcançadas podem mostrar um resultado diga-se que, positivo, porém na realidade a situação ser totalmente o contrário.

Apesar de não haver uma hierarquia entre os princípios, no entanto, o princípio da entidade é considerado um dos mais importantes, e apesar do fácil entendimento com relação ao seu conceito, na prática essa diferenciação dos patrimônios não é tão fácil quanto parece, desse modo é de extrema importância da figura do contador na gestão financeira, orientando e capacitando o empresário na melhor gestão do seu negócio.

### **2.3.2 Princípio da Continuidade**

Quando se abre uma empresa imagina-se que a mesma permanecerá em operação no futuro, o princípio da continuidade vem afirmar essa ideia. Na concepção de Coelho e Lins (2010) uma empresa se trata de um organismo vivo o qual está em constante movimento. Sendo assim, realizará suas atividades por

tempo indeterminado, ou até que haja evidências definitivas que impeçam a sua continuidade.

Segundo Iudícibus (2013) ressalta que a continuidade das atividades operacionais de uma empresa deve ser avaliada e identificada pela contabilidade, até que haja indícios muito fortes, tais como: histórico de constantes prejuízos, inadimplência de liquidação judicial ou extrajudicial entre outros.

A continuidade ou não da entidade, seria a vida definida ou provável, que envolve a classificação e posteriormente a avaliação das mutações patrimoniais, tanto qualitativas e quantitativas (CREPALDI, 2013).

O cumprimento deste princípio é fundamental para que se aplique o Princípio da Competência, pois se relaciona diretamente com a avaliação dos componentes patrimoniais e a formação dos resultados; a junção desses dados é fundamental para medir a capacidade futura de geração de resultado (NICÁCIO, 2012).

Em resumo, o princípio da continuidade, diz respeito exatamente a continuidade da entidade, ou seja, a intenção de uma entidade deve ser sempre a sua permanência no mercado, assim uma empresa não abre as portas já com a intenção de fecha-las com alguns dias, nos casos extraordinário como o de recuperação judicial as demonstrações contábeis devem ser diferenciadas além de serem divulgadas.

### **2.3.3 Princípio da Oportunidade**

Princípio da Oportunidade pronuncia a respeito da mensuração e apresentação das informações patrimoniais que devem ser íntegras e tempestivas, isto é, os demonstrativos devem ser elaborados sempre dentro do prazo legal além de serem exatos, sem exagero, devem conter apenas informações verídicas e confiáveis (CREPALDI, 2013).

Ainda conforme o autor, o Princípio da Oportunidade esta relacionado ao imediato e a instabilidade no cuidado com o registro do patrimônio das suas mutações, ou seja, que o mesmo seja de forma imediata e preservando a extensão correta, sem levar em consideração as causas que as originaram.

Após análise sobre a oportunidade, o registro das variações patrimoniais precisam ser feitos mesmo que haja a hipótese de existir razoável certeza de sua

ocorrência, envolvendo os elementos qualitativos e quantitativos, e ainda apreciando os aspectos físicos e monetários (NICÁCIO, 2012).

Assim, no registro almeja-se que apresente o reconhecimento universal das variações processadas no patrimônio da entidade em determinado período, que seria a base fundamental e necessária para a elaboração de informações úteis para toma de decisões sobre a gestão.

Na verdade o princípio visa de forma simples que, os registros contábeis sejam feitos o quanto antes e que sejam registrados de forma completa. Em outras palavras, devem ser destacadas todas as informações essenciais para o melhor entendimento e análise dos fatos.

#### **2.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original**

De acordo com Lorentz (2015) o princípio do Registro pelo Valor Original determina que a contabilização do patrimônio deve ser feitas pelo seu valor original, ou seja, pelo valor de compra ainda que depois sofra algumas variações.

Esse princípio envolve os componentes do patrimônio que devem ser registrados conforme o valor original das transações com o mundo exterior e em valor referente à moeda do País, mantidos na avaliação das variações patrimoniais futuras (NICÁCIO, 2012).

Segundo Nicácio (2012) ressalta que o princípio da Atualização Monetária, revogado pela Resolução 1.282/10, agora agregado ao do registro pelo valor original, determina que qualquer alteração do poder aquisitivo da moeda nacional deve está nos registros contábeis proveniente do ajustamento dos valores referente aos componentes patrimoniais. Podendo destacar que, os princípios da atualização monetária e do registro pelo valor original são compatíveis entre si e se completam, atualizando e mantendo os valores de entrada.

De fato, esse princípio trás o conceito de que na Contabilidade os itens adquiridos pela empresa devem ser registrados pelo seu valor original, ou seja, valor de compra ou de fabricação se for o caso.

### 2.3.5 Princípio da Competência

Esse princípio estabelece que os resultados das operações devem ser declarados no momento de sua ocorrência. O Princípio da Competência, informa que as receitas e as despesas precisam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem de forma simultânea quando se relacionarem, não levando em consideração seu recebimento ou pagamento (NICÁCIO, 2012).

Coelho e Lins (2010) afirmam que segundo esse princípio, as receitas e despesas devem ser registradas com base no fato gerador, ainda que não tenha ocorrido o recebimento ou o pagamento do mesmo.

Melhor dizendo, se uma empresa vende sua mercadoria no mês de fevereiro, independente se ela receba ou não naquele mês, esse fato deve ser registrado no mês em que ocorreram as vendas, ou seja o fato gerador. Outra situação é o caso das despesas com salário dos funcionários, ainda que o salário seja pago no mês de março, esse é referente ao mês de fevereiro então deve se fazer essa consideração na hora do registro.

### 2.3.6 Princípio da Prudência

Esse princípio considera um cenário mais conservador, ou seja o profissional contábil devem avaliar os ativos, passivos e patrimônio líquido da empresa de forma conservadora, cautelosa no intuito de evitar possíveis perdas. Nesse sentido, Coelho e Lins (2010) postulam que o princípio da Prudência expõe a necessidade que o contador tem de ter cautela na hora de avaliar os efeitos de um evento que possa acontecer nas hipóteses igualmente válidas, deve ser escolhida a opção que trouxer o menor resultado para o ativo ou de maior valor para o passivo.

Basicamente o que o princípio quer dizer é que, quando uma empresa é colocada na justiça por um ex-funcionário por exemplo, no caso de perda hipoteticamente, a empresa terá de pagar entre cinquenta e oitenta mil reais, nesse caso na hora do registro no passivo deve-se considerar o maior valor da extimativa. Do contrário, se a empresa estiver com a mesma estimativa em causa ganha, o valor a ser considerado para registro no ativo seria nesse caso o menor valor.

Assim, na hora do lançamento o princípio pede que tenha-se um certo grau de precaução quando se tratar de julgamento de estimativas nessas condições de

incertezas, devendo assim, não supervalorizar as receitas e os ativos, e nem minimizar as despesas e seus passivos. Com isso o princípio busca trazer a maior confiabilidade no processo de mensuração patrimonial.

Dessa forma, pode-se verificar que a ciência contábil veio sendo alterada de acordo com as necessidades das empresas e os princípios da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da competência; e o da prudência são exemplos de mecanismos criados pela contabilidade para garantir o patrimônio da empresa e viabilizar as informações da melhor maneira para também garantir sua permanência no mercado.

### **2.3.7 O Princípio da entidade e sua influência na gestão financeira**

Na opinião de Ludícibus (2010) o princípio da entidade originou-se do direito, porém têm reflexos contábeis e visa mostra como as consequências econômico-contábeis dessa relação contabilidade e entidade, desse modo, o princípio trás a importância da distinção do patrimônio das entidades que sejam elas pessoas físicas ou jurídicas.

Por outro lado, em um ponto de vista mais abrangente Ludícibus (2010) argumenta que nos casos de empresas grandes ou mesmo consolidadas, pode se haver essa distinção não somente entre empresa e dono mais também entre departamentos representando então cada uma seus aspectos contábeis em particular.

Desse modo, o princípio da entidade é de grande valia assim como o correto entendimento de seus aspectos, por isso é de fundamental importância que os gestores compreendam a personalidade própria de cada entidade (empresa e proprietário) para que haja o tratamento adequado e a Contabilidade possa expressar a real situação econômico-financeira da empresa e dos sócios em separado.

Crepaldi (2003) aponta que no exercício da profissão é obrigatória a observância dos (mandamentos) princípios contábeis, por se tratar do fundamento básico dessa ciência social a qual tem como objeto o patrimônio da entidade assegurando que as informações obtidas sejam tratadas com profissionalismo e ética.

E assim para dar maior confiabilidade e clareza às informações a cerca do patrimônio foi instituído o princípio da entidade que indica a necessidade de diferencia o patrimônio do proprietário e o patrimônio da empresa, ou seja, ambos não se confundem (CREPALDI, 2003).

Nesse sentido ainda conforme Crepaldi (2003) que coloca dois pontos importantes para o melhor e mais correto entendimento sobre a efetiva definição de entidade: primeiro; a partir do momento que uma pessoa cria uma empresa os direitos e obrigações da nova entidade devem ser separados dos direitos e obrigações do dono, isto é, deve haver, por exemplo, a diferenciação do caixa da empresa e o caixa do proprietário.

Já no segundo ponto Crepaldi (2003) afirma a importância da visão geral dos fenômenos patrimoniais da entidade exemplificando que na compra de uma mercadoria a contabilidade registrará uma conta a pagar a um fornecedor, já na entidade fornecedora esse mesmo fato será registrado como um direito a receber, cada um deduzido de forma diferente.

Paz (2017) fez um estudo sobre trabalhos já publicados de 2010 a 2015 e constatou que a maioria dos empresários não tem o devido conhecimento sobre o princípio, outra boa parte desses empresários até tem um conhecimento prévio porém, tem dificuldades de praticá-lo, desse modo, essas empresas acabam tendo maiores dificuldades financeiras do que as que fazem a diferenciação patrimonial pelo fato do gestor não conseguir ter uma visão nítida do andamento das finanças corporativa.

A pesquisa reflete também que grande parte das empresas que ferem o princípio da entidade fecham suas portas em menos de cinco anos de atividade, ou seja, essa irrelevância por parte dos empresários para com o princípio da entidade acaba provocando de forma precoce a mortalidade ou insolvência da empresa (PAZ, 2017).

Outro ponto bastante importante é referente à capacitação do gestor. Paz (2017) afirma a partir da realização de uma pesquisa com vários empresário, que a capacitação é fator determinante para o sucesso de uma organização. Em outras palavras, a falta de qualificação financeira exerce grande influência na não permanência da mesma no mercado.

Desse modo se faz necessário que os gestores busquem capacitações pertinentes, principalmente na área de gestão financeira para que assim possa gerir

seu negócio de forma tranquila e saudável dando atenção a fatos que muitas vezes parece inofensivo mais que a longo prazo podem causar grandes dificuldades para a empresa e seus gestores.

## 2.4 GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira é de fundamental importância tanto para as empresas como para as pessoas físicas, pois essa ferramenta possibilita o indivíduo um controle adequado do seu dinheiro e todas as atividades financeiras as quais seja submetido. Permite também a análise e o planejamento de ambos assim como um vislumbre da real situação financeira pessoal ou empresarial.

Na opinião de Cruz (2013), os conceitos de finanças são genéricos levando em consideração que os termos podem ser usados tanto para as pessoas física como para as organizações. O autor fala ainda que, é comum ouvir relatos de pessoas com problemas para lidar com as finanças pessoais, porém, esses problemas acontecem, normalmente, não porque há a falta de recursos (dinheiro) e sim, pelo excesso de gastos.

Ou seja, independente se essa pessoa ganhar muito mais do que ela ganha no momento, a situação continuaria a se repetir, pois o problema na maioria das vezes, não é a quantidade em que se recebe, por exemplo, e sim o exagero nos gastos, esse é um dos fatores principais para o desequilíbrio financeiro.

Cruz (2013) afirma ainda que, o mesmo acontece com as empresas, e por falta da gestão financeira adequada acabam indo a falência. E por isso saber equilibrar o fluxo de entradas e saídas torna-se fundamental para a sobrevivência de qualquer empresa, exigindo do gestor um acompanhamento criterioso das operações além da disciplina e bom senso no seu dia a dia.

De acordo com Chiavenato (2014) dinheiro é o que movimenta o comércio e a vida organizacional. Não há a possibilidade de uma empresa entrar no mercado sem dinheiro, pois quando se abre um negócio logo se tem a necessidade de adquirir ou alugar um local adequado, ou comprar móveis e equipamentos, contratar funcionários e assim por diante, dessa maneira é notória a necessidade de um capital inicial para custear todas as despesas habituais de uma empresa.

“A gestão financeira é designada como a ciência e a arte de administrar fundos, envolvendo a aplicação de princípios econômicos e financeiros no sentido

de maximizar a riqueza [...]” (CHIAVENATO, 2014, p. 13). Assim entende-se que, administrar não é algo que possa ser feito de qualquer maneira, e sim um conhecimento que deve sempre ser aprimorado para que seja desenvolvida as habilidades necessárias buscando alcançar seu objetivo de aumentar o patrimônio.

Ainda de acordo com Chiavenato (2014) a gestão financeira é um campo da administração que cuida da parte financeira das empresas onde encara usualmente três modelos básicos de tomadas de decisões: orçamento de capital, estrutura de capital e gestão do capital de giro.

**Orçamento de capital:** diz respeito a toda uma análise dos investimentos a serem feitos com o intuito de buscar da melhor maneira aquisições que tragam maiores retorno para a empresa, ou seja, envolvem tomadas de decisão a cerca das aplicações de recursos da empresa na maioria das vezes feitos a longo prazo com objetivo de maximizar a riqueza dos sócios.

**Estrutura de capital:** de acordo como balanço patrimonial, tem-se as origens de capital (passivo) e as aplicações (ativo), na estrutura de capital deve ser observado o equilíbrio das origens de recursos que podem ser de terceiros ou próprio. Pois quando o capital da empresa (capital próprio) não é suficiente para atender a demanda garantindo suas operações, ou para fazer novos investimentos é possível que se recorra a capital de terceiros, como empréstimos, financiamentos, porém essas operações requer muita cautela, deve ser avaliada pela gestão financeira a quantia necessária, a melhor forma de adquirir esse recurso e etc., pois essas decisões podem afetar consideravelmente o valor da empresa uma vez que não haja essa estabilização.

**Gestão de capital de giro:** abrangem os recursos e aplicações feitas no dia-a-dia da empresa, operações de fundamental importância para que a organização não necessite interromper seu funcionamento, ou seja, é o capital necessário para dar sequência, girar o negócio no seu cotidiano.

As tomadas de decisões devem ser baseadas nas informações obtidas a partir da análise das demonstrações contábeis e financeiras, o balanço patrimonial, demonstração de resultados do exercício, demonstração de fluxo de caixa e outros relatórios elaborados pela empresa.

Cruz (2013) destaca que dentre os vários relatórios necessários numa organização o fluxo de caixa podem ser colocados como um dos mais importantes na hora de analisar as informações financeiras, pois, o fluxo de caixa resume de fato

tudo que aconteceu, discriminando todas as entradas e saídas de recurso no período, permitindo mostrar o passado e projetar o futuro.

É importante observar uma empresa que pode obter lucros no seu aspecto econômico, porém, fechar seu resultado financeiro negativo, e ainda que as empresas sejam bem avaliadas quando tem um bom resultado econômico, constantes resultados negativos no fluxo de caixa leva a maioria das empresas a falência (CRUZ, 2013).

Compartilhando do mesmo ponto de vista Luz (2015) diz que, operar com lucro não é sinônimo que a empresa esta saudável financeiramente, assim como operar com prejuízos não necessariamente quer dizer que a empresa esteja falindo, afirmando ainda que é sim a falta de caixa que leva uma empresa a falência.

Portanto, a sobrevivência de uma empresa no mercado esta intimamente ligada com a capacidade da mesma gerar caixa. Assim se o gestor não dá a devida atenção as movimentações de seu caixa cotidianamente, dificilmente conseguir traçar controles eficientes na sua gestão, podendo estar fadado á falência.

#### **2.4.1 Dificuldade na gestão dos negócios**

O mercado brasileiro é evidenciado pelo grande número de empresários empreendedores que aplicam todas suas economias almejando aferir um bom retorno financeiro, no entanto, acabam se deparando com as complexidades desse ambiente que esta em constante mudança. Segundo Cerbasi e Paschoarelli (2007) dentre os vários problemas enfrentados pelas empresas, a gestão financeira tem sido apontada como uma das principais dificuldades dos empresários.

Ainda segundo os autores supracitados, isso acontece muitas vezes devido a falta de preparo, uma vez que a maioria dos empresários ingressa no mercado sem saber exatamente como vai preceder, sem conhecimento adequado de como lidar com os diversos desafios do meio empresarial. Ter domínio da área que deseja atuar é imprescindível assim como saber conceitos básicos de gestão financeira e de todas as operações da empresa.

Diante das atuais condições econômicas do Brasil, torna se ainda mais necessário a preparação dos empresários para lidar com esse ambiente repleto de mudanças. Ter os conhecimentos básicos de gestão financeira do negócio é primordial para ter uma empresa minimamente saudável e atuando no mercado.

#### 2.4.1.1 Administração do capital de giro

Capital de giro, refere-se à disponibilidade de recursos para arcar com as obrigações financeiras da empresa durante seu ciclo operacional, e para garantir uma boa administração desse capital e assegurar a liquidez do negócio é necessário um controle rigoroso das atividades financeiras da empresa e de seu fluxo de caixa observando atentamente as contas a receber e a serem pagas principalmente.

Conforme pesquisa do SEBRAE (2006) *apud* Cerbasi e Paschoarelli (2007) relatam que de cada dez empresas abertas e após um período de cinco anos, só duas permaneciam em funcionamento, isso na sua maioria por falta de controle e planejamento devido. A pesquisa aponta ainda que muitas vezes os empreendedores além de perderem todo seu investimento, acabam endividados por ter pouco conhecimento ou a falta dele e também a escassez de capital.

Outra pesquisa do SEBRAE (2004) também citada pelos autores demonstram os resultados de um estudo a cerca das principais causas da mortalidade de tais empresas. A principal razão apontada pelo estudo foi a falta de capital de giro, seguido pela falta de clientes e problemas financeiros entre outros, atribuindo tal fracasso, na sua maioria, as falhas gerenciais.

Estas, por sua vez, podem ser relacionadas a falta de planejamento na abertura do negócio, levando o empresário a não avaliar de forma correta, previamente dados importantes para o sucesso do empreendimento, como a existência de concorrência nas proximidades do ponto escolhido, a presença potencial de consumidores, dentre outros fatores. (CERBASI; PASCHOARELLI, 2007, p.18).

Em outras palavras, os autores sugerem que o alto índice de insucesso das empresas em tão curto espaço de tempo se resume na falta de conhecimento e planejamento na hora de empreender, ou seja, não basta apenas uma boa ideia para abrir um negócio, é preciso fazer um estudo para verificar se o empreendimento é viável, além dos indispensáveis conhecimentos básicos de como gerir tanto os assuntos operacionais como também os financeiros.

Normalmente quando se abre uma empresa, o empresário pensa em vários itens necessários para essa abertura, desde exigências legais até os detalhes da decoração, porém deixa de atentar-se para um detalhe importantíssimo, a necessidade de capital de giro do empreendimento. De acordo com Cerbasi e

Paschoarelli (2007) alguns empreendimento tem uma necessidade de capital de giro bem maior que o próprio valor a ser investido em móveis e utensílios.

Então é imprescindível entender que essa necessidade de capital de giro vai variar de acordo com o tipo de negócio, não dá para generalizar ou estabelecer um percentual aleatório. Os autores afirmam que o capital de giro está relacionado diretamente com os prazos de pagamento concedido aos clientes, isto é, quanto menor o prazo mais rápido o retorno, no entanto, quanto menor o prazo menor as vendas.

Neste sentido, é importante saber trabalhar com prazos e pode-se dizer que quando a empresa trabalha com vendas a prazo, automaticamente está financiando seu cliente, e durante esse período a empresa deverá ter recursos, ou melhor, capital de giro para liquidação dos compromissos, dando condições ao empreendimento continuar suas atividades até o retorno financeiro da mercadoria vendida.

O capital de giro envolve o ativo circulante, na qual conta com as disponibilidades, contas a receber e estoque da empresa, e também o passivo circulante, onde se localiza as fontes que podem financiar o ativo circulante. Nesse sentido Hoji (2001, p.109) afirma que "o capital de giro é conhecido também como capital circulante e corrente aos recursos aplicados em ativos circulantes, que se transformam constantemente dentro do ciclo operacional".

O capital de giro representa a quantidade de dinheiro que a empresa utiliza para movimentar seus negócios. Envolvem estoques, dinheiro em caixa e em bancos, financiamento a clientes por meio de contas a receber, salário e encargos, aluguel, contas de luz, água, telefone, etc.

O capital de giro é constituído de ativos circulantes, também chamados de ativos correntes. Os investimentos em ativos circulantes sofrem alterações constantes, quase cotidianas, pois o capital de giro está relacionado principalmente às vendas, que são realizadas diariamente e que sofrem oscilações frequentes. Esses investimentos são efetuados no curto prazo por causa do ciclo de operações da empresa. (CHIAVENATO, 2012, P. 261)

Portanto, a administração de capital de giro tem o propósito de manter as contas do ativo circulante e passivo circulante, em constante equilíbrio para que as operações da empresa tenham um perfeito funcionamento, além de facilitar nas tomadas de decisões financeiras evitando assim os riscos de endividamento e falência por má administração.

No ponto de vista de Gitman (2010) ativo circulante ou capital de giro e o passivo circulante correspondem às parcelas de investimentos e financiamentos obtidos em um curto prazo, ou seja, é o montante que entra e sai da empresa diariamente. Desse modo, a diferença que se estabelece entre esses pontos pode ser denominada como capital de giro líquido, sendo esse positivo quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante e negativo quando ocorrer o inverso.

De acordo com Cerbasi e Paschoarelli (2007) o capital de giro é um recurso que pode ser adquirido de várias formas, desde o financiamento que o fornecedor concede a empresa através de mercadorias dando lhes um prazo para o pagamento da mesma, via empréstimos bancários e também com os próprios recursos da empresa, sendo essa última a melhor opção, embora seja a menos utilizada, pois dessa maneira a empresa não precisara depender de terceiros para custear seu giro.

Em suma, a administração do capital de giro é basicamente o controle das contas patrimoniais correntes envolvendo as decisões de compra e vendas bem como sua atividade operacional a curto prazo de tal forma que uma gestão apropriada das disponibilidades da empresa, como o caixa, por exemplo, pode favorecer consideravelmente para o aumento da lucratividade da entidade.

Este item é de extrema importância para a saúde financeira da empresa, pois quando o gestor não administra adequadamente esse capital à empresa pode acabar ficando com dificuldades financeiras podendo levar até a insolvência. Desse modo, torna-se crucial a gestão adequada desse capital para que assim a empresa possa desenvolver-se com qualidade.

Segundo Gitman (2010) a administração de capital de giro, é uma técnica extremamente importante e necessária não só para as empresas como também na vida pessoal, levando em consideração que constantemente somos levados a tomar decisões de compra de curto prazo, no caso de pessoa física as compras são basicamente concentradas em bens de consumo como móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos entre outros.

Neste sentido, pode-se dizer que o consumidor, este sempre sujeito a tomada de decisão no seu cotidiano, por isso a avaliação de qualidade e de preços fazem toda diferença na hora de comprar, além de fazer um melhor uso do dinheiro. O gerenciamento adequado das receitas e despesas ajuda a equilibrar o orçamento e diminuir o risco de endividamento.

#### 2.4.1.2 Gestão de Caixa

A administração do capital de Giro e a gestão de fluxo de caixa estão inteiramente ligadas um ao outro, sendo que a falta ou o gerenciamento inadequado de um desses itens pode causar transtornos e até mesmo a insolvência de uma empresa, daí a importância da atenção e conhecimento por parte dos gestores.

Desse modo Ching (2010) ressalta a importância desse ponto com relação às finanças, pois acredita que a maioria dos empresários, muitas vezes por obter pouco conhecimento, não dão a atenção necessária para a gestão de caixa, destacando ainda que essa deveria ser a primeira questão a ser observada por parte dos mesmos.

O autor cita ainda Kuster, Kuster e Kuster (2008) que “também advogam a importância da gestão de caixa, afirmando que a principal razão da mortalidade precoce das pequenas e médias empresas é a falta de habilidade gerencial de seus administradores” (CHING, 2010, p. 18).

Uma das finalidades da gestão de caixa é manter um saldo mínimo de recursos que possa ser utilizado imediatamente, em função da incerteza associada aos fluxos de recebimento e pagamento (principalmente recebimentos), pois caso os recebimentos previstos não se realizem conforme a previsão poderia ocorrer problemas de inadimplência temporária (HOJI, 2012, p. 112).

Assim um dos maiores benefícios trazido pela gestão de caixa é a capacidade de identificar os problemas antes mesmo de acontecer, uma vez que a gestão de caixa permite ao administrador saber o que realmente tem em caixa além de conceder ao mesmo a possibilidade de prever como estará o caixa em períodos futuros. Assim, a empresa pode evitar situações desagradáveis agindo preventivamente ao invés de apagar incêndios com medidas corretivas.

Para se fazer a gestão de caixa é necessário controles financeiros que na opinião de Seleme (2012), possibilitam saber ao certo qual a origem dos recursos financeiros da empresa, ajuda a controlar as datas de entradas e saídas de capital, permitem ainda analisar os prazos de recebimentos e pagamentos além de facilitar a identificação das capacidades financeiras da entidade.

Em uma empresa seja pequena ou grande, comercial ou industrial, suas operações se resumem basicamente em comprar, pagamentos, vendas e

recebimentos de valores, assim se ela não obtiver recursos suficientes para manter suas operações a empresa estará fadada ao insucesso. Por isso é extremamente necessário observar e controlar as movimentações, não só as que já ocorrerá ou estão ocorrendo, mas também as que ocorrem, possibilitando prever e evitar situações desagradáveis (CHING; MARQUES; PRADO, 2010).

A gestão de caixa é imprescindível para qualquer empresa seja ela pequena ou grande, porque diz respeito ao acompanhamento e planejamento de todas as movimentações que ocorre em caixa e tem o objetivo principal de apoiar os empresários na hora das tomadas de decisões no âmbito financeiro da entidade. Para auxiliar na boa gestão de caixa Ching (2010) relata alguns princípios norteadores:

Quadro 6 – Princípios da gestão de caixa. Fonte Ching (2010) adaptado.

| PRINCÍPIOS DA GESTÃO DE CAIXA                                | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Nunca fique sem caixa.</b>                                | Sem caixa a empresa não consegue arcar com suas obrigações diárias e acaba ficando em descredito com seus clientes e fornecedores, funcionários. Desse modo esse cuidado se torna fundamental para manter o negocio.     |
| <b>Saiba sempre o seu saldo em caixa.</b>                    | Saber o saldo exato que tem em caixa e também de todas as operações financeiras que ocorrem na empresa é essencial na hora de tomar as decisões diminuindo risco de atitudes errôneas.                                   |
| <b>Gerencie o seu fluxo de caixa a partir do seu saldo.</b>  | A falta de gestão ou o mau gerenciamento pode levar uma empresa à falência principalmente se essa ainda estiver na fase inicial do negocio. Desse modo é fundamental manter o equilíbrio das entradas e saídas de caixa. |
| <b>Saiba o saldo de caixa daqui a seis meses.</b>            | É ideal que o gestor trabalhe com projeção do seu fluxo financeiro para evitar surpresas desagradáveis no futuro.                                                                                                        |
| <b>Mantenha o controle do fluxo de caixa do seu negócio.</b> | Esse controle financeiro permite um maior detalhamento das operações da empresa permitindo informações adequadas para a melhor tomada de decisão.                                                                        |
| <b>Administre seu capital de giro adequadamente.</b>         | Como mencionado anteriormente a gestão de capital de giro e a gestão de caixa estão ligados.                                                                                                                             |

Em resumo, para manter uma boa gestão de caixa o gestor de uma empresa precisa saber onde a empresa gasta, quanto vende, o que ela realmente precisa gastar para manter suas atividades, pois uma empresa não é saudável se ela não consegue pagar suas próprias despesas. O fluxo de caixa auxilia nesse processo de identificação e a partir daí vem à gestão das informações obtidas.

Por isso, é extremamente importante que a empresa tenha um fluxo de caixa, pois a partir do mesmo é possível prever as receitas e despesas futuras e assim traçar estratégias evitando situações desconfortáveis, buscando prevenir-se ao invés de se utilizar de medidas corrigir para reparar um erro ou um problema que pode custar à vida da empresa.

#### 2.4.1.3 Lucro X Resultado de Caixa

De acordo com Hoji (2014) existe sim uma semelhança entre resultado de caixa e lucro, no entanto, são inicialmente distintos por existir uma diferença no aspecto temporal. Sendo importante levar em consideração que uma empresa mesmo tendo lucro pode estar em dificuldades financeiras pelo fato de não gerar caixa suficiente para com suas obrigações.

Em concordância, Ching. Marques e Prado (2010) também defendem que lucro e geração de caixa são conceitos bem diferentes um do outro, visto que lucro se trata de resultados econômicos da entidade levando em consideração apenas itens como depreciação e amortização os quais não interferem e nem geram saídas de caixa.

Em contra partida o resultado de caixa diz respeito justamente as entradas e saídas de caixa que por sua vez, refletem o resultado financeiro da empresa. Por isso, uma empresa pode não gerar lucro por alguns períodos e mesmo tendo dinheiro em caixa e vice e versa, confirmando que caixa não é igual a lucro (CHING; MARQUES; PRADO, 2010).

Segundo Cruz (2013) na Contabilidade todos os registros devem ocorrer de acordo com o regime de competência, ou seja, conforme ocorre o fato gerador. No entanto, a DRE apuradas na entidade refletem mais especificamente resultados de caráter econômicos e não financeiros. Com isso é possível que uma organização apresente bom desempenho econômicos, porém, ainda assim obter resultados financeiros no mesmo período.

No caso do regime de caixa leva-se em conta apenas o que realmente foi recebido ou pago no período, isto é, apenas as movimentações que alteram o fluxo de caixa. Cruz (2013) ressalta ainda que, a demonstração que melhor reflete os resultados financeiros é a demonstração de fluxo de caixa a qual resume todas as movimentações ocorridas num determinado período. Neste sentido Hoji (2014) define lucro e resultado de caixa da seguinte forma:

O lucro é resultado econômico apurado pela contabilidade de acordo com o regime de competência e o resultado de caixa é o resultado financeiro apurado de acordo com o regime de caixa. O lucro é apresentado pela demonstração de resultado e o resultado de caixa é apresentado pela demonstração de fluxo de caixa (HOJI, 2014, p. 11).

Em complemento a sentença anterior Hoji (2014) explica que o regime de competência indica que deve haver o registro das operações no momento em que elas aconteçam independente se houver ou não o recebimento ou pagamento no momento em questão. Já no caso do regime de caixa, o fato só é registrado no momento em que há a entrada ou saída de recurso, ou seja, no momento do recebimento de uma venda ou pagamento de uma obrigação.

Então, no meio administrativo é necessário que se entenda que existe resultados financeiros e resultados econômicos e que um não depende necessariamente do outro. Saber essa diferenciação é essencial na hora de entender os demonstrativos tendo em vista que cada um deles demonstra aspectos diferentes da saúde financeira da empresa.

Para melhor entender essa distinção, Moura (2015) enfatiza a importância que tem o empresário ter um severo controle das movimentações financeiras da organização para que assim, consiga identificar adequadamente os resultados da mesma e explica as principais diferenças entre o lucro e o caixa da empresa e suas possibilidades de, ter lucro e caixa positivo, ter lucro porém um caixa negativo, não ser lucrativa e ter um caixa positivo e na pior das hipóteses não ser lucrativa e ter o caixa negativo como ilustra a figura a seguir:



Figura 2 – Lucro X Caixa. Fonte: Site Consultoria a Distância Moura (2015).

O quadro **azul** representa uma empresa que é lucrativa porém seu caixa tem situação negativa, ou seja, a empresa consegue ganhar dinheiro com as suas transações obtendo lucro, mas eventualmente o seu caixa fecha no vermelho, isso quer dizer, que a empresa esta com falta de capital de giro, isso é ruim para a entidade, mas pode ser resolvido com a obtenção de recursos financeiros no banco por exemplo, desde que os juros compense (MOURA, 2015).

No quadrinho **verde** tem se a representatividade de uma empresa que é lucrativa e também contém seu caixa positivo, essa é a situação desejável por toda empresa. Onde a empresa consegue manter seus pagamentos sem recorrer a terceiros e também tem seus resultados positivo, ou seja, é lucrativa (MOURA, 2015).

Já no quadro **amarelo**, a empresa tem lucro negativo e seu caixa positivo, quando o lucro é negativo (prejuízo) é porque a empresa não consegue manter as próprias operações, isto é, não consegue ser sustentável, no entanto, a empresa consegue pagar sua operações sem problemas, pois possivelmente o seu caixa é proveniente de um empréstimo ou até mesmo de uma venda de algum bem do empresário, por exemplo, isso faz com que o empresário tenha uma falsa impressão que esta tudo bem na sua entidade, quando na verdade esta a beira de um abismo que num longo prazo pode levar sua empresa a insolvência (MOURA, 2015).

E a última situação no quadro **vermelho**, demonstra a condição de uma empresa com ambos os resultados negativos. Característica essa de quando a entidade não tem dinheiro para pagar suas contas, da mesma maneira que ela não é lucrativa, essa é a condição das empresas que não permanecem no mercado, assim sendo, é a pior das situações. Quando chega-se nesse caso o ideal é fazer uma análise minuciosa e avaliar a permanência da empresa ou mudança nos controles (MOURA, 2015).

Desse modo, fica evidente a necessidade de um bom controle financeiro, principalmente com relação ao fluxo de caixa, pois só assim o empresário terá condições de melhor analisar e identificar em que situação a sua empresa se enquadra, podendo assim tomar medidas para solucionar a raiz do problema ou agir de forma preventiva evitando eventuais situações negativas.

## 2.5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação está no nosso cotidiano desde muito cedo, pois através dela que aprendemos agir em sociedade, desde crianças nossos pais nos ensinam o conceito das coisas, o que pode ou não ser feito, falado e etc. depois na escola e assim passamos o tempo todo aprendendo.

No entanto, quando falamos de educação financeira a maioria das pessoas tem a impressão que é mais uma disciplina escolar cheia de teorias ou até mesmo que seja algo muito complexo, impossível de colocar em prática no seu cotidiano. O fato é que a educação ou reeducação financeira é muito importante para a saúde da vida financeira de qualquer pessoa assim, como a própria alimentação dos indivíduos e se praticada adequadamente renderá bons resultados (BORGES, 2010).

O renomado educador financeiro Reinaldo Domingos em entrevista a Ribeiro (2016) para o globo, revela que, na maioria das vezes as pessoas não sabem nem o conceito de educação financeira. Quando se fala no assunto logo é possível notar o espanto achando que é preciso ser bom em matemática quando na verdade se trata de algo muito mais comportamental.

Segundo um levantamento feito pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE a qual tem objetivo de medir o conhecimento da população sobre o tema educação financeira. Esse levantamento por sua vez constatou que o país tem um baixo desempenho quanto ao assunto, seu índice de respostas certas foi apenas de 58%, bem a baixo da média que é de 78%. Nos *ranking* dos 30 países onde foram feitas a pesquisa o Brasil ocupa a 27ª posição como mostra a figura abaixo (RIBEIRO 2016).

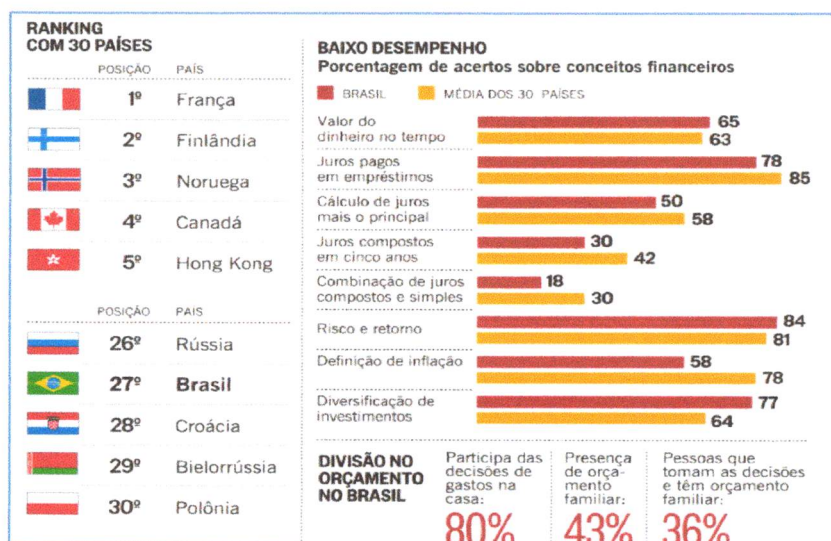


Figura 3 – Ranking desempenho em educação financeira. Fonte: Ribeiro (2016) Site o Globo.

Borges (2010) afirma que ultimamente o interesse nos estudos relacionado ao campo do comportamento das pessoas a respeito de suas decisões financeiras tem aumentado gradativamente. Esses estudos buscam compreender sobre o comportamento do indivíduo a cerca de seus hábitos consumistas e suas consequências. Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1123) acreditam que:

A educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto a abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população.

É visível que esse assunto já passou a ter maior atenção, alguns países investem seriamente na educação financeira para seus cidadãos, no Brasil também já é possível ver uma evolução nesse sentido, várias instituições oferecem cursos e materiais para ajudar seus clientes terem uma vida mais estruturada, mas essa ainda esta longe de ser uma realidade para toda sociedade em virtude das dificuldades de acesso a essa ferramenta.

A Associação de Educação Financeira – AEF coordena uma série de órgãos públicos e privados que buscam trazer maiores conhecimento a esse respeito, entre eles o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, BM&FBovespa além da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF criada no Brasil desde 2010 (RIBEIRO, 2016).

Muitas vezes por falta de informações adequadas ou até mesmo a falta de interesse e de comodismo, os indivíduos não controlam seus gastos correndo o risco do consumo elevado podendo comprometer toda sua renda e por consequência pode não conseguir honrar com suas obrigações. Desse modo, muitos precisarão de ajuda para adquirir habilidades com o dinheiro outros continuaram com o descuido do endividamento (BORGES, 2010).

A desigualdade e a instabilidade econômica prejudicam muito o país principalmente quando existe a falta de planejamento financeiro (SAITO, 2007). Isso ocorre porque o indivíduo nas suas atividades rotineiras precisa tomar várias decisões a cerca de sua vida financeira, desde a escolha do banco para abrir uma conta, fazer um empréstimo, ou até mesmo comprar uma televisão, tais decisões necessitam de informações e controles financeiros adequados para obter um melhor resultado.

Em vista disso, é necessário inicialmente entender o que de fato é o termo finanças. Esse termo é definido por Gitman (2004, p. 4) "como a arte e ciência da gestão do dinheiro". Considerando que tanto as pessoas como as empresas lidam com dinheiro no seu dia a dia, recebendo, pagando ou investindo.

Desse modo, Gitman (2004) argumenta ainda que, o campo das finanças tem todo um cuidado com tudo que se relaciona com dinheiro, a transmissão de valores entre governo, empresas e pessoas comuns além do andamento e desenvolvimento do mercado e também das instituições pertinentes.

Assaf Neto (2014), por sua vez, entende finanças como sendo basicamente como uma dimensão de conhecimento a qual se subdivide em: Mercado Financeiro, Finanças Corporativas e Finanças Pessoais. Desse modo, no presente trabalho será abordado nos próximos tópicos o que corresponde a finanças corporativas a qual trata dos processos de tomada de decisão da empresa e o termo finanças pessoais que é mais recente, mas não menos importante.

O processo de conhecimento ou entendimento sobre esse assunto mencionado pode ser denominado como educação financeira. A educação financeira possibilita aos usuários conhecimentos e habilidades de fundamental importância para administrar sua vida financeira proporcionando maior segurança ao tomar suas decisões uma vez que o indivíduo tem o conhecimento das opções a seu dispor e dos riscos que cada um oferece, poderão avaliar melhor os resultados de suas decisões evitando imprevistos financeiros.

Educação financeira é um processo no qual as pessoas buscam entender melhor sobre os produtos financeiros, oportunizando-as tomarem suas decisões de forma consciente sabendo de fato o que pode ou não acontecer, isso é, compreenderam os riscos financeiros de suas operações e a importância de se manter sempre bem informado sobre as mudanças econômicas de acordo com o plano diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF (BRASIL 2011).

Segundo Borges (2010) as pessoas devem estar preparadas para agir nas mais diversas situações em seu cotidiano levando em conta o amplo cenário de produtos financeiro como, cheques, operações com cartão de crédito/débito, investimentos, etc. onde decisões erradas podem trazer graves consequências para o futuro não só para o próprio indivíduo como também sua família.

Portanto, a educação financeira vem para contribuir com a melhora do comportamento e das agilidades nas ações financeiras. Desse modo, é de fundamental importância que se promova essa aprendizagem o quanto antes na vida dos cidadãos, ainda quando crianças em casa e principalmente na escola, tal atitude pode formar uma sociedade mais capacitadas a gerir sua vida financeira, menos propensa ao endividamento refletindo na economia de todo um país.

A educação financeira é a forma de fornecer conhecimentos e informações que pode ser a fonte de uma vida de qualidade. É uma ferramenta a qual ajuda no desenvolvimento econômico, pois as decisões tomadas acerca da vida financeira de uma pessoa tem grande impacto na economia de um país uma vez que tem a ver com a habilidade de investimento e também com o número de inadimplência que traz muitos transtornos a uma sociedade (BRASIL, 2013).

Cidadãos bem educados financeiramente estimulam a concorrência e a transparência das instituições já que essas pessoas ficam mais exigentes contribuindo com a eficiência do mercado financeiro (BRASIL, 2013). O Conselho Regional de Economia do Pará - CORECON-PA (2011, p. 4) define educação financeira como sendo:

Educação Financeira é saber como ganhar, gastar, poupar e investir seu dinheiro para melhorar sua qualidade de vida e de sua família. É decidir como agir e o que fazer com o seu dinheiro. É um plano de vida, onde suas decisões atuais afetarão negativamente ou positivamente seu futuro. A educação financeira deve ser praticada desde a infância, para que não sejam formados adultos perdulários.

Desse modo, é primordial que o ensinamento sobre finanças seja aplicado desde cedo, na casa dos pais e na escola principalmente, pois como essa não é uma realidade de todos os pais, a escola pode ser o ponto crucial para mudar a realidade de muitas pessoas, formando pessoas capazes de lidar com o próprio dinheiro de forma adequada no seu cotidiano.

A educação financeira pode ser a base para profissionais de sucesso, para pessoas e empresas com menor grau de endividamento, tendo as noções necessárias para não agir às cegas e tomar as decisões adequadas para uma vida financeira de qualidade e com maior segurança.

### **2.5.1 Planejamento financeiro**

Para ampliar, reformar ou fazer qualquer mudança que seja em um empreendimento, será necessário de um investimento e para isso é necessário saber a proporção dessa mudança, qual o valor, quais os benefícios desse investimento, se a empresa suportaria tal gasto, entre outros questionamentos e para isso é imprescindível que se faça um planejamento financeiro e de maneira alguma agir no impulso.

Planejamento consiste em prover os possíveis resultados e suas consequências, é pensar antes de agir, comparar opções e assim decidir qual a melhor alternativa e qual a maneira mais adequada de coloca-lo em prática (CHING; MARQUES; PRADO, 2007).

É uma ferramenta usada para traçar objetivos, definir metas, prazos e valores adaptando-o conforme a necessidade de cada um, de acordo com suas receitas e despesas, afirma CORECON-PA (2011). Já para Nakagawa (1993, p.48), "planejamento é o ato de tomar decisões por antecipação à ocorrência de eventos reais, e isto envolve de uma entre várias alternativas de ações possíveis".

Desse modo, o planejamento financeiro torna-se uma ferramenta de máxima importância na vida de uma pessoa, seja ela em termos particulares ou profissionais como em uma empresa, pois é, instrumento primordial na hora da tomada de decisão, permitindo também a definição de metas e prazos para os resultados desejados.

### 2.5.1.1 Orçamento pessoal

Conforme CORECON-PA (2011) orçamento financeiro pessoal se assemelha com um plano de voo ou uma viagem, onde primeiro você vai verificar sua localidade atual e depois verificar até onde vai chegar, isto é, primeiramente deve ser observada a atual situação em que se encontra, se está endividado, quanto deve, quanto recebe, quais os principais gastos, entender onde estão os excessos e então traçar seus objetivos almejando seu ponto de chegada.

O orçamento é uma forma de avaliar a vida financeira de seus usuários, determinar as prioridades, através dessa ferramenta é possível saber a realidade financeira do indivíduo, elaborar um bom planejamento financeiro e consumir de forma adequada (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Essa ferramenta é indispensável para qualquer pessoa que queira saber exatamente como está sua situação financeira, pois o orçamento trará informações essenciais para onde está indo todo seu dinheiro, a partir dessas informações é possível analisar toda a situação e tomar a melhor decisão para um sucesso financeiro.

### 2.5.1.2 Orçamento empresarial

Como mencionado anteriormente Cruz (2013) defende que muitos dos conceitos sobre gestão financeira se aplicam também na vida financeira pessoal, ressaltando que para melhor assimilar o que é orçamento é necessário, traçar um comparativo e observar as semelhanças que há entre a gestão feita pelas pessoas físicas e a praticada pelas empresas.

Desse modo Cruz (2013) destaca que o processo de orçamento empresarial não se difere muito da realizada na vida de uma pessoa física, podendo ser entendido como uma ferramenta de planejamento e controle das receitas e dos gastos com intuito de prever resultados futuros.

O orçamento empresarial é então uma peça indispensável para gestão, pois é um instrumento muito importante para auxiliar nas tomadas de decisões financeiras. A partir do orçamento é possível avaliar antecipadamente os gastos a serem feitos pela empresa possibilitando prever as situações que poderão ocorrer num

determinado momento, facilitando ainda que o gestor evite situações que possam prejudicar a entidade (PADOVEZE, 2012).

Para Padoveze e Taranto (2009) orçamento é expor, colocar sobre a mesa a atual situação da empresa. É colocar as metas e objetivos de forma quantitativa de tudo que fará parte do plano de ação. Esse atinge a empresa como um todo, do topo a base da pirâmide, detalhando todas as receitas e despesas de um período e tem como apoio as demonstrações financeiras básicas e também suas análises.

Padoveze (2012) explica ainda que orçamento é algo que está presente em nossas vidas constantemente, pois quando pensamos em fazer uma viagem ou adquirir um bem, por exemplo, é necessário saber o preço desse desejo, quanto você precisara poupar, e também quanto tempo levará para juntar o montante previsto. Na empresa não é diferente, o orçamento funcionará como um guia para conquistar os desígnios propostos da organização.

O autor ainda relata que para as empresas, o objetivo central da maioria das vezes é o lucro e por essa ser uma ferramenta muito importante para gestão geral da empresa, ambas precisam sempre estar em sincronia. Em suas palavras "tecnicamente o orçamento é a expressão quantitativa de um plano de ação" (PADOVEZE, 2012, p. 3).

Em outras palavras as empresas buscam o lucro e os investidores investem em uma empresa em busca de lucro e para que isso ocorra é necessário um planejamento financeiro adequado, esse por sua vez acontece por meio de orçamentos empresariais o qual tem a finalidade de expressar quantitativamente todas as políticas da empresa, seja ela de compra, venda, recursos humanos, qualidade, tecnologia entre outros, servindo então de base para um planejamento a longo prazo (HOJI, 2014).

Esse é um ponto bastante importante para uma empresa que deseja perseverar no mercado, tendo em vista que, Cruz (2013) adverte que os motivos que contribuem para o fracasso dos pequenos empreendimentos no Brasil são diversos. Dentre eles, o autor destaca com maior ênfase o despreparo e as dificuldades de aplicar técnicas de gestão financeira na qual sofre a maioria dos novos e pequenos empresários.

### 2.5.1.3 Educação financeira Corporativa

Para que uma organização tenha total sucesso ela necessita de colaboradores comprometidos e dispostos a colaborar com o desenvolvimento da mesma, no entanto, como defende Hoji (2014), como poderá um funcionário ser produtivo se ele estiver com sérios problemas financeiros na sua vida particular? A educação financeira corporativa vem ajudar neste sentido, pois um funcionário feliz e saudável financeiramente é um funcionário produtivo e como consequência favorecendo o desenvolvimento corporativo.

Segundo Hoji (2014) quando o indivíduo não possui percepção essencial sobre finanças pessoais, acaba trazendo para o trabalho suas preocupações e aborrecimentos da sua vida financeira e essa prática acaba diminuindo significativamente sua produtividade no ambiente de trabalho.

Hoji (2014) acredita que não só as empresas devem cuidar da sua saúde financeira, mas, também todas as pessoas físicas iniciando esse processo no ambiente familiar, mas as empresas podem colaborar e auxiliar seus colaboradores a aplicar as mesmas técnicas gerenciais financeiras nas suas vidas particulares com intuito de promover maior satisfação financeira dos funcionários e como contrapartida obter funcionários mais produtivos e empenhados com o objetivo da empresa.

Domingos (2017) também acredita que a educação financeira corporativa é um método eficiente para ajudar diminuir o nível de endividamento e inadimplência dos colaboradores, contribuindo para uma maior produtividade e melhorando a qualidade de vida das pessoas dentro e fora da empresa. Essa é uma forma de evitar os reflexos negativos das dificuldades financeiras, esse trabalho por parte das empresas podem ser considerados responsabilidade social beneficiando funcionário, famílias e a própria comunidade.

Nesse sentido, é de suma importância estabelecer um bom nível de saúde financeira, isso vale tanto para as empresas, como para os colaboradores tendo em vista, que ambos devem trabalhar em conjunto para o sucesso organizacional. E a contabilidade financeira vem ser uma parceira de ambas as partes auxiliando nesse processo.

Além da Contabilidade em si, as empresas podem aliar as técnicas contábeis com palestras educacionais, cursos, ou uma orientação financeira. Quando o

indivíduo tem prazer em exercer sua função, ha também a diminuição das faltas ou pedidos de demissões evitando prejuízos para a empresa, ou seja, são múltiplos os benefícios para ambas as partes.

## 2.6 O PATRIMÔNIO

A Contabilidade surgiu com a crescente necessidade que os indivíduos encontravam para controlar seu patrimônio e suas várias modificações durante um determinado período. Desse modo, para melhor entender alguns termos contábeis e a real intenção do princípio da entidade, torna se imprescindível o adequado entendimento do que vem a ser o patrimônio.

De forma simples e resumida o patrimônio pode ser considerado como tudo aquilo que uma pessoa ou empresa possua, desde um imóvel, dinheiro, veículos, até mesmo valores a receber de outras pessoas e as dívidas ou contas a pagar. Desse modo Marín, Borbolato e Versi (2013, p. 51) definem patrimônio como sendo um “conjunto de bens, direitos e obrigações vinculadas a uma pessoa física ou jurídica”. Conforme o dicionário de língua portuguesa Melhoramentos (2009, p. 222) patrimônio concete em “1 herança paterna. 2 bens de família”.

O patrimônio de uma entidade é representado por todos os seus bens e direitos, subtraídos das obrigações assumidas para com esses ativos. Dentro do balanço patrimonial da entidade, o patrimônio está representado pela soma dos ativos totais subtraída dos passivos, daí o nome de patrimônio líquido (ORNELAS; SILVA, 2013, p. 105).

Portanto, pode-se observar que o patrimônio consiste não somente nos bens e direitos (ativos) de uma pessoa física ou jurídica, mas também nas obrigações (passivos), ou seja, tudo que uma pessoa ou empresa possua inclusive as dívidas adquiridas, a partir desse conjunto é possível se obter o patrimônio líquido de um indivíduo ou entidade com o abatimento das dívidas, isso é, o que essa pessoa tem de fato após o pagamento de todas suas obrigações. O quadro a seguir ilustra basicamente a composição geral do patrimônio:

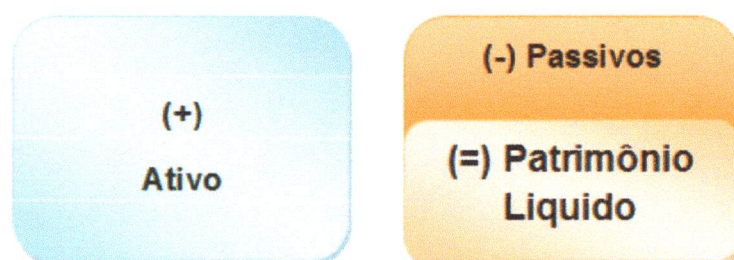


Figura 4 – Estrutura do Patrimônio. Fonte Ornelas e Silva (2013, p. 105).

Seguindo no mesmo ponto de vista Marion (2008) afirma que não é possível saber a real situação financeira de uma entidade, seja ela física ou jurídica, se levar em consideração apenas os bens e direitos, é de fundamental importância apurar também as dívidas que correspondem a essa entidade traçando um paralelo visando esclarecer e fornecer informações da forma mais completa possível.

De acordo com Crepaldi (2003) a Contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio, sendo assim o patrimônio é a peça principal da contabilidade. O autor define patrimônio como sendo a reunião de todos os bens, direitos e obrigações das pessoas físicas e jurídicas, os quais possam ser mensurados monetariamente e então evidenciados a partir do balanço patrimonial.

Já na opinião de Padoveze (2014), patrimônio é a riqueza de propriedades de pessoas ou empresas, itens tangíveis considerados úteis e que possam ser trocados. Em um segundo momento, o autor coloca que os aspectos patrimoniais podem ser positivos ou negativos, o primeiro acontece por serem itens desejáveis que é o caso dos bens e direitos, já no segundo ponto se enquadra as obrigações, itens com aspectos restritivos.

### 2.6.1 Receitas e despesas

As receitas e despesas estão sempre presentes no cotidiano das pessoas, e para se obter um controle financeiro adequado seja de uma pessoa física ou de uma organização é de fundamental importância que haja um equilíbrio entre ambas as contas, para isso faz-se necessário entender o real significado dessas duas palavras para que possa haver um adequado tratamento das mesmas.

Martini (2013) afirma que as receitas e despesas de uma entidade recebem tratamento diferenciado devido não serem consideradas contas patrimoniais e sim contas que modificam o patrimônio, desse modo, entende-se que essas contas não

participam do balanço patrimonial, porém o autor ressalta que, o resultado do confronto entre essas duas contas pode interferir positivamente ou negativamente no patrimônio líquido.

Isso porque após a comparação das receitas e despesas o resultado pode ser tanto positivo, quando as receitas são maiores que as despesas, nesse caso recebe o nome de lucro líquido quanto negativo, que ocorre quando as receitas são inferiores as despesas, ou seja, a empresa tem o chamado prejuízo (MARTINI, 2013).

#### 2.6.1.1 Receitas

De acordo com Iudícibus (2007) a receita é caracterizada pela entrada de recursos no ativo, recursos esses que podem ser oriundos de vendas de mercadorias ou prestação de serviços entre outros meios. Isto é, o dinheiro que entra na empresa em virtude de sua operação, transações bancárias, aluguel de imóveis ou equipamentos são classificados como receita.

Seguindo a mesma concepção, para Cruz (2013), as receitas são todas as entradas de recursos advindas de atividades operacionais ou não operacionais de uma entidade. Ou seja, receitas são os direitos que a empresa adquire quando vende suas mercadorias ou algum imobilizado, direito esse que pode ser recebido a vista ou a prazo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 30 (2012) define receita como sendo, uma entrada de recursos econômicos na entidade ainda sem deduções, durante um determinado período de tempo de acordo com sua atividade ocasionando um aumento do patrimônio líquido com exceção do patrimônio líquido associados às contribuições dos donos. Nesse contexto Martini (2013) compreende como receitas:

Correspondem às variações patrimoniais que aumentam o patrimônio líquido de uma entidade em determinado período, seja por um evento que provocou um aumento do ativo sem o correspondente aumento do passivo, seja pelo evento que provocou redução do passivo sem o correspondente decréscimo no ativo. São exemplos de receita: rendimentos de aplicações financeiras, pagamento de uma dívida com desconto, recebimento de um direito com juros, recebimento de uma doação etc. (MARTINI, 2013, p. 11).

Quando as entradas de dinheiro resultam em aumento do patrimônio líquido essa entrada é denominada de receita, seja ela obtida pela venda de um produto ou, por exemplo, pagar uma obrigação obtendo descontos, a venda de um ativo, todas essas ações geram receitas para empresa, ou seja, proporciona a entrada de recursos os quais podem agregar valor ao patrimônio líquido no final do período.

#### 2.6.1.2 Despesas

O consumo de bens ou serviços que de alguma forma contribua na geração de renda na entidade, segundo Ludícibus (2007) é reconhecida como despesa, o autor afirma ainda que a finalidade da despesa é justamente ocasionar o aumento da receita. Assim como afirma Ludícibus e Marion (2014) que de forma ampla as despesas podem ser consideradas um sacrifício de bens e direitos visando à obtenção de uma receita maior ou pelo menos equivalente a despesa para que não haja perda de recursos.

Já Cruz (2013) coloca que despesas são todos os gastos que não tem relação direta ou indireta com a operação principal da entidade como, por exemplo, a manutenção das atividades administrativas. Porém, as despesas impactam significativamente no patrimônio. De acordo com Martini (2013) as despesas:

Correspondem às variações patrimoniais que reduzem o patrimônio líquido de uma entidade em determinado período, seja por um evento que provocou uma redução do ativo sem a correspondente diminuição do passivo, seja pelo evento que provocou um aumento do passivo sem o correspondente incremento do ativo. São exemplos de despesa: baixa de um ativo por perda ou perecimento, pagamento de uma dívida com juros, recebimento de um direito com desconto, registro de uma dívida sem registro de um ativo correspondente etc. (MARTINI, 2013, p. 12).

Em resumo, pode se dizer que as despesas são saídas de recursos da empresa em favor da continuidade da entidade, assim como os sacrifícios econômicos despendidos para obtenção de receitas estando direta ou indiretamente ligada a sua atividade fim, sacrifício esse que quando não alcança o resultado esperado provoca uma redução do patrimônio líquido da empresa.

### 2.6.2 Análise de indicadores

Para tomar decisões acertadas e prosperar num negócio é preciso ter um controle rigoroso das finanças seja ela pessoal ou empresarial. Desse modo, a análise de indicadores torna-se uma ferramenta indispensável para reunir e fornecer informações que possibilita saber qual a real situação financeira, patrimonial e econômica da entidade.

Para fazer uma análise é necessário informações seguras para se obter um resultado efetivo. Nesse caso os relatórios contábeis vem cumprir esse papel servindo de base para análise de vários indicadores, identificando e explicando os motivos dos acontecimentos.

Tachizawa (2014) *apud* Paz (2017, p. 58) explica que “analisar diz respeito a obter das informações, conclusões importantes para basear a avaliação e a tomada de decisões, equacionando as questões”. O processo de análise norteia o entendimento dos eventos que ocorrem na entidade, que outrora não são perceptíveis, inicialmente mais podem trazer sérias dificuldades em um longo prazo.

Segundo Marion (2012) a análise das demonstrações contábeis podem ser divididas em três categorias, introdutória, intermediárias e avançadas. Na primeira categoria é trabalhada a liquidez, a rentabilidade e o nível de endividamento os quais são considerados como um tripé de equilíbrio da empresa.

Na segunda categoria chamada de nível intermediário Marion (2012) destaca que são tratados novos grupos de indicadores a partir do tripé anteriormente mencionado, porém em uma maior profundidade, ou seja, tratando de forma mais detalhada cada um dos indicadores econômico-financeiros, no entanto, um pouco menos rigoroso que a categoria avançada que por sua vez traz novos grupos de indicadores ainda mais minuciosos e específicos.

No que diz respeito ao princípio da entidade, Paz (2017) afirma que os indicadores refletem o princípio como parte de todo o sistema de controle da empresa e influenciando significativamente no seu desempenho. Os indicadores permite medir o grau de impacto das saídas de caixa da empresa para fins pessoais sem as devidas considerações.

### 2.6.2.1 Liquidez

Para Marion (2012, p. 75) “são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”. Esse índice é muito importante, pois a partir dele é possível identificar a necessidade de capital de giro, fazer análise do fluxo de caixa e também medir o grau da rotatividade das atividades da empresa.

Na concepção de Cruz (2012, p. 61) “os índices de liquidez demonstram o grau de solvência de uma empresa, ou seja, se ela possui solidez financeira para o pagamento de seus compromissos”. No entanto, o autor destaca ainda que “esses índices não avaliam a capacidade de pagamento por inteiro, pois não analisam o fluxo de caixa”.

Em outras palavras, a liquidez é um índice que mostra a predisposição de um ativo em se converter em dinheiro, ou seja, quanto maior a facilidade da empresa em vender um ativo ou transformá-lo em dinheiro, maior a liquidez da empresa, mas isso não quer dizer que a empresa conseguira pagar suas obrigações em dia. A liquidez pode ser mensurada em quatro aspectos:

**Liquidez corrente:** de acordo com Cruz (2012) esse índice trata das possibilidades da empresa quitar suas obrigações a curto prazo, confrontando-as com os valores a receber durante o período de um ano que é o equivalente a um exercício financeiro. Marion mencionado por Cruz (2012) enfatiza que esse índice requer destaque e muita atenção dado a sua relevância, pois esse índice analisa a situação financeira da empresa por isso é necessário cautela ao examiná-lo.

**Fórmula:**

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Marion (2012) mostra que a fórmula da liquidez corrente anteriormente mencionada define a capacidade de liquidar suas dívidas levando em consideração o curto prazo. Seguindo no mesmo ponto de vista Paz (2017, p. 72) acrescenta que “o indicador de liquidez corrente indica quanto à empresa tem no Ativo Circulante

para cada um real (R\$ 1,00) de Passivo Circulante. Quanto maior este indicador melhor a situação da empresa”.

**Liquidez imediata:** esse índice é segundo Cruz (2012) considerado o que tem uma menor cotação, isto é, menor valor em vista dos demais, mais ainda assim tem sua importância. Esse índice possibilita a empresa ter informação sobre suas disponibilidades, se essas têm condições de pagar suas dívidas em um curtíssimo prazo.

Na concepção de Cruz (2012) esse é um índice conservador, pelo fato do mesmo dar importância somente aos saldos de caixa, banco e aplicações financeiras rapidamente recuperáveis no seu cálculo, desconsiderando as contas que tem menor liquidez, assim tendo maior prestígio quando a necessidade da empresa é identificar sua situação de pagamento em curtíssimo prazo.

**Fórmula:**

$$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O ideal é que toda empresa tenha sua margem de segurança. Nesse caso o cálculo do indicador visa identificar essa margem, isso é, quantos reais a empresa tem disponível para cada um real de dívida. Portanto, é pertinente que o resultado dessa equação seja igual ou maior que um.

Todavia Marion (2012) assim como Iudícibus (2010) ressalta que um índice de liquidez imediata muito alto também não é interessante, pois isso significa que a empresa está com muito recurso em caixa ou em banco, ou seja, dinheiro parado o que pode ocasionar perda principalmente em períodos de inflação.

**Liquidez geral:** o índice de liquidez geral busca identificar de forma abrangente se a entidade tem condições de pagar suas dívidas tanto de curto como as de longo prazo. Cruz (2012) frisa que a análise desse índice requer muita prudência, pois pode facilmente ser interpretada equivocadamente deixando assim de surtir o efeito o qual é proposto.

**Fórmula:**

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

A partir da fórmula é possível apurar a liquidez geral da entidade, e de acordo a argumentação de Paz (2017, p. 73) se o resultado “for superior a 1 (um), a situação da empresa é favorável e revela a existência de capital de giro próprio. Caso o indicador seja inferior a um, considera-se como uma situação desfavorável, pois evidência que a empresa vem recorrendo a capital de terceiros”.

**Liquidez Seca:** nesse caso o índice certifica se a organização tem condições de pagar suas obrigações sem contar com seu estoque, melhor dizendo, se a empresa teria possibilidade de permanecer atuando no mercado ainda que sem contar com seu estoque por algum motivo como exemplifica Cruz (2012) se houver uma catástrofe, enchente e perder toda mercadoria, ou de repente se a mercadoria ficar ultrapassada e não tiver mais saída.

**Fórmula:**

$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Com o suporte desse conjunto de indicadores o gestor conseguirá ter uma maior facilidade para identificar a real situação da empresa quanto a sua liquidez, e assim terá condições de fazer um diagnóstico mais acertado em virtude das informações precisas promovendo maior segurança na tomada de decisão.

#### 2.6.2.2 Endividamento

Ao contrário do que muitas pessoas pensam estar endividado não é o fato de ter contas em atraso ou ter o nome sujo na praça por falta do pagamento de suas obrigações. Na verdade o simples fato de fazer um empréstimo ou comprar algo a prazo está adquirindo dívidas.

Neste sentido esse grupo de indicadores analisa a estrutura de capital procurando contribuir para a compreensão da dimensão do endividamento da empresa, colocando em pauta se os recursos investidos na mesma resultam na sua maior parte do capital de terceiro ou capital próprio conforme expõe Cruz (2012).

Assim como Marion (2012) que enfatiza que o índice aponta a quantidade e a qualidade das dividas da empresa, indicam também de onde vem as maiores fontes de recurso da empresa, se é de capital próprio ou de terceiros, dessa forma a

análise desse índice permite identificar o grau de endividamento além de fazer base para outros índices de endividamento e também alavancagem financeira da entidade analisada.

De fato muitas vezes as empresas não têm dinheiro suficiente para impulsionar suas atividades e por isso optam por fazer empréstimos, financiamentos e etc. Desse modo, deve se ter cautela na hora de tomar tal decisão, pois como evidencia Cruz (2012,) se uma empresa faz um empréstimo para impulsionar o seu giro, uma compra de mercadoria, por exemplo, nesse caso a empresa possivelmente não terá dificuldade de quitar o empréstimo, pois a previsão de entrada em caixa.

Já no caso de adquirir recurso de terceiro para fazer pagamento de outras dívidas pode gerar uma dificuldade financeira para organização, uma vez que esse dinheiro não trará retorno tendo como consequências novas dívidas. Nesse seguimento, para conseguir um maior equilíbrio Cruz (2012, p. 80) indica que:

O mais adequado (respeitando os valores absolutos de juros) é que a empresa busque um financiamento de longo prazo para seu imobilizado e um financiamento de curto prazo para aquisição de mercadorias ou pagamentos de "contas mais urgentes". Assim, no caso do financiamento de longo prazo, o próprio imobilizado geraria recursos para seu pagamento e no caso do curto prazo, já que as mercadorias e os recebimentos giram mais rápido, seria mais adequado para pagar as dívidas de curto prazo, visto que essas possuem taxas nominais de juros mais altas que os empréstimos de longo prazo.

Em resumo, ter dívidas não é necessariamente algo ruim, desde que, se tenha condições de pagá-las. Entretanto, é importante saber gerenciar-las de forma adequada, nos casos de necessidade de endividamento e sempre importante primeiramente fazer pesquisas para ver qual banco, por exemplo, oferece o menor juros e parcelas que não comprometam ainda mais o orçamento da empresa.

#### 2.6.2.3 Rentabilidade

Diferente dos dois anteriores que são indicadores financeiros esse se trata de um indicador econômico que propicia de acordo com Marion (2012) uma visão da real produtividade e lucratividade entre outros aspectos econômicos da empresa, uma vez que a base utilizada por esse índice é a demonstração de resultado do exercício.

Esse índice é fundamental e é através dele que os gestores poderão identificar o verdadeiro desempenho do negócio, pois produtividade não é sinônimo de lucratividade e vice e versa, ou seja, é importante ter em mente que volume de vendas não significa que a empresa esteja tendo lucro, desse modo é de suma relevância que esse índice seja analisado cuidadosamente buscando evitar futuros abalos financeiro.

Essas três bases consideradas as mais importantes para analisar a situação financeira de uma empresa, pode fornecer um apoio ao gestor na hora de tomar as decisões pertinentes de forma mais segura, pois essas ferramentas demonstram em que pé andam a saúde financeira da entidade dando lhes informações de como está o endividamento da empresa, a situação rentável e também sua liquidez, ou seja, a capacidade de pagamento em curto, médio e longo prazo.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia caracteriza a forma como foi realizada toda a pesquisa. E para o adequado desenvolvimento da pesquisa foram adotados os seguintes termos metodológicos: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo na qual para coleta de dados foi utilizado uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas. Assim esta pesquisa tem também uma abordagem característica quanti-quali, pois fez uso das técnicas quantitativas e qualitativas.

A pesquisa bibliográfica na concepção de Magalhães (2007, p. 29) “procura explicar um problema, a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Utilizando informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado [...] Publicadas por outros autores”.

Já no ponto de vista de Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é aquela que é feita a partir de outras pesquisas as quais foram elaboradas por outros autores e podem ser buscados em livros, artigos, teses. Ou seja, é buscar contribuições, ideias, informações de outros autores sobre o assunto em questão e avaliar o que já foi estudado por eles.

Prestes (2012) por sua vez enfatiza que para realizar esse tipo de pesquisa é necessário buscar os temas e abordagens já apurados por outros pesquisadores com o objetivo de conhecer os conceitos já trabalhados e assim fazer a verificação dos assuntos mais significativos com relação à pesquisa, devendo ser observadas informações já catalogadas em bibliotecas, editoras, videotecas, na internet, além de outros meios já publicados.

Neste sentido, para os propósitos desta pesquisa, foram utilizados livros físicos e virtuais, artigos, monografias, manuais entre outros trabalhos disponibilizados na internet, materiais esses que deram embasamento para o referencial teórico do presente trabalho.

Além da pesquisa bibliográfica, como já mencionada anteriormente, também se fez uso da pesquisa de campo na qual Prestes (2012, p. 31) a define como sendo, “[...] aquela em que o pesquisador através de questionário, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados investigando os

pesquisados no seu meio". Já Severino (2007) certifica ainda que a pesquisa de campo é aquela em que se aplica em um caso específico que representa os demais.

Para obter as informações e respostas necessárias para as problemáticas expostas no presente trabalho científico sobre contabilidade financeira e a aplicação do princípio da entidade, foi realizada uma entrevista com os gestores das empresas em questão tendo por base um questionário semiestruturado com questões coerentemente elencadas de acordo como o tema central, possibilitando uma melhor análise do ambiente pesquisado.

Assim sendo, a presente pesquisa de campo teve uma abordagem qualitativa, pois utilizar-se de levantamentos de dados com intuito de entender e analisar o comportamento dos gestores com relação ao objetivo da pesquisa através de entrevista, também se buscou uma amostragem para medir o grau de intensidade e a influência de tal comportamento por parte dos gestores.

As pesquisas qualitativas, elas contemplam a subjetividade, a descoberta, a valorização da visão de mundo dos sujeitos. As amostras são intencionais, selecionadas por tipicidade ou por acessibilidade. Os dados são intencionais, selecionados por tipicidade ou por acessibilidade. Eles são coletados por meio de técnicas pouco estruturadas e tratados por meio de análises de cunho interpretativo. Os resultados obtidos não são generalizáveis (VERGARA, 2008 p. 257).

Então pode-se observar que a pesquisa quantitativa representa em números os dados obtidos de uma determinada situação e a partir daí, são analisados com maior objetividade tendo um resultado amplo que possibilite medir em termos gerais os fatos pesquisados. Já se tratando da pesquisa qualitativa, ela não é algo que possa ser medido, e sim permite uma análise de fatos particulares destacando, por exemplo, as opiniões mais relevantes dos entrevistados.

Segundo Dias (2010) a pesquisa qualitativa faz uso das informações qualitativas adquiridas em entrevistas, documentos e observações de fenômenos sociais e culturais. O estudo de casos é um exemplo do método qualitativo. "As origens dos dados qualitativos incluem observações, entrevistas, questionários, documentos, impressões/reações dos sujeitos pesquisados"(DIAS, 2010, p.47).

Em suma, a pesquisa de campo foi executada com intuito de obter informações sobre a influência do princípio da entidade nas empresas pesquisadas, sendo que os métodos e abordagens utilizadas foram de fundamental importância para um resultado mais preciso e eficaz.

### 3.2 CONTEXTO E AMBIENTE DA PESQUISA

O alto índice endividamento das pessoas e o encerramento prematuro de inúmeras micros e pequenas empresas no país, nesse sentido objetivou-se com essa pesquisa de conclusão de curso saber qual a influência do princípio da entidade nesse contexto.

Uma pesquisa realizada pelo SEBRAE-PA (2016) diz que nem todo endividamento é ruim, isso quer dizer que as empresas podem ter endividamentos bons, no sentido que as ajudem no seu desenvolvimento, porém o endividamento ruim é aquele que pode trazer problemas em vez de resolvê-los.

Isso se aplica as pessoas físicas também, pois há endividamentos que as ajudam a crescer financeiramente e outros que viram uma bola de neve e consequentemente levando as finanças para um abismo.

Muitas vezes a atividade de uma empresa é iniciada sem que os donos tenham conhecimentos prévios sobre o negócio, sobre como administrar uma empresa ou coisas básicas sobre finanças. Nas pesquisas do SEBRAE, que é um órgão de referência quando o assunto é Micro e Pequenas Empresas, apontam que uma das principais causas da falência da empresa é a questão do gerenciamento da mesma.

É nesse contexto, que entra o princípio da entidade, de acordo com Piva (2015) hoje em dia boa parte das micro e pequenas empresas são geridas pelos próprios donos e acabam não colocando em prática o princípio da entidade, às vezes por não conhecer, outras por terem dificuldade na discriminação das contas pessoais das contas da empresa e isso pode ser um grande fator a levar esse tipo de empresa à falência.

Ou seja, essa prática prejudica e muito os controles financeiros da empresa, é muito importante que o empresário entenda isso e quando ele realmente precisar utilizar dinheiro da empresa para pagar suas despesas pessoais essa atitude deve ser registrada como uma dívida do empresário para com a empresa assim como se fosse qualquer outra pessoa.

Piva (2015) complementa que apesar de ser algo simples, levando em consideração que vários outros países tenha essa atitude de separação do patrimônio como um requisito básico, no Brasil a realidade é bem diferente apesar

de ser um princípio a ser cumprido, muitas empresas fecham as portas nos primeiros anos de vida.

Então, pode ser que se trate de uma mudança de hábitos para que as empresas desse porte tenham maior longevidade. É essencial que os empresários entendam que não se deve misturar as rotinas financeiras da empresa com a particular, desse modo, deve se adotar medidas que evitem essa conduta como, por exemplo, ter uma conta específica só para a empresa e outra para fins pessoais, estabelecer um valor de pró-labore para que as despesas pessoais seja pagas com esse recurso e não o da empresa entre outras medidas simples que podem salvar a saúde financeira de uma empresa resguardando ainda a pessoa do empresário.

### 3.3 CARATERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS

Para a seleção das empresas pesquisadas foi levado em consideração o porte da mesma tendo como critério as micro e pequenas empresas do município de Itaituba – PA, onde a população delimitada para o desenvolvimento da entrevista foi os próprios gestores das organizações.

A primeira empresa a qual foi realizada a pesquisa (**Empresa A**), tem razão social J M da Pascoa Eireli – ME (Importados duas Irmãs) a qual iniciou suas atividades a pouco mais de um ano, a mesma iniciou suas atividades em 22 de maio de 2017, localizada na 29ª rua, nº 982, Bairro Bom Remédio na cidade de Itaituba, Pará. Inscrita no CNPJ 27.786.323/0001-09, e sua atividade principal é lojas de variedades.



Figura 5 – Empresa Importados 2 irmãs. Fonte: Dados da Pesquisa

O Proprietário, senhor Josias já trabalha no comércio a mais de oito anos, mais especificamente no comércio de bebidas, porém desde 2016 ele e sua esposa decidiram apostar em outros ramos de atividade, desde então ambos deram origem a empresa M. C. B LIRA Comércio Eireli – ME (Distribuidora 24 horas) aberta em setembro de 2016, também situada na Rua vigésima nona, número 749, a qual tem como atividade principal o comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios (Minimercado) e sua atividade secundária é o comércio de bebidas.

Posteriormente então surgiu a Importados duas Irmãs a qual tem vínculo indireto com a distribuidora 24 horas devido ambos os estabelecimentos serem administrados pela mesma pessoa.

A pesquisa foi realizada também na **empresa B** na qual tem como razão social o nome A L L DOS SANTOS CONFECÇÕES EIRELLI – ME (Estilo Uniformes) inscrita no CNPJ: 02.934.363/0001-20, localizado na Travessa 13 de Maio nº 466, bairro Centro, na cidade de Itaituba-Pará. A empresa é administrada pelo senhor Walfredo Pimentel dos Santos Júnior, 34 anos de idade o mesmo possui o ensino superior incompleto, curso Bacharel em Administração.



Figura 6 – Empresa Estilo Uniformes. Fonte: Dados da Pesquisa

A empresa começou suas atividades no início de 2007 no ramo de confecção de uniformes escolares, de trabalho, abadás e outros eventos, sempre buscando as melhores opções para os seus clientes.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista foi realizada com os empresários da empresa A e empresa B de forma que os ambos puderam manifestar suas respostas livremente, buscando desse modo identificar como ocorre o processo de gestão financeira pessoal e empresarial dos entrevistados e também o grau de conhecimento e percepção sobre o assunto, bem como verificar quais os métodos utilizados e as limitações encontradas pelos empresários no processo de gestão no aspectos pessoal e organizacional.

Tendo em vista que o objeto dessa pesquisa foi o princípio da entidade, nesse sentido foi elaborado um questionário com 16 questões sendo 14 perguntas abertas e 2 fechadas e com base neste questionário foi feita uma entrevista com os gestores das empresas selecionadas e com intuito de analisar as entrevistas o primeiro passo foi transcrever na íntegra as respostas dos entrevistados, em seguida feita uma comparação com base no referencial teórico já abordado no trabalho.

### 4.1 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Na primeira questão procurou-se identificar o gênero, estado civil, o grau de escolaridade e também a idade do respondente, onde se pode identificar que o empresário da **empresa A** tem 55 anos, não tem escolaridade, é casado e sua esposa divide a gestão dos negócios com o empresário, a mesma possui 40 anos e ensino fundamental incompleto. Já da **empresa B** o respondente também do gênero masculino, estado civil casado, possui ensino superior incompleto e tem a idade de 34 anos.

### 4.2 CONTROLE FINANCEIRO EMPRESARIAL

A questão de número 2 quis saber como é feito o controle da movimentação financeira da empresa (Caderno, agenda, livro, computador, de cabeça, ou não existe)?

**Empresa A:** *"O controle eu faço é tudo de cabeça, a Preta (esposa) faz alguma anotação no caderno lá no mercado. Aqui na loja tem um sistema que as meninas usam aqui no caixa na hora do fechamento e me passam".*

**Empresa B:** *"Agente tem o sistema operacional da empresa e o fluxo de caixa. Eu uso o livro caixa e uso o sistema financeiro".*

A pergunta buscou identificar quais os meios de controles financeiros são utilizados na empresa e ao mesmo tempo qual o grau de organização das finanças da organização. Nesse sentido a empresa A, demonstra não se ater muito aos controles internos, tendo em vista que a maior parte do controle feito pelo empresário não se dá por meios físicos e sim mental. Diferente da empresa B que se utiliza de um sistema financeiro e também o controle do fluxo de caixa visando um controle mais eficiente e perceptível das movimentações da empresa.

Segundo Oliveira *et al* (2014, p. 5) o controle é uma função gerencial de extrema importância para qualquer negócio e o desconhecimento ou descuido desse fato, seria a mesma coisa que pilotar uma aeronave sem noção alguma para onde vai, se está voando ou não, a que velocidade está, se tem combustível o suficiente ou se está na rota certa.

Quando não há controle das operações de uma empresa, principalmente as operações financeiras, ficam complicadas para o gestor saber como realmente está a situação financeira da empresa, não é possível saber se está indo bem, se tem o suficiente para arcar com suas obrigações nem mesmo se está tendo lucro ou prejuízo.

Para a contabilidade financeira é de fundamental relevância conhecer todas as movimentações da empresa para que seus relatórios sejam o mais preciso e confiável possível. Desse modo, faz-se necessário rigorosos controles internos para apurar, detectar e prevenir instabilidades financeiras.

#### 4.3 CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL

Sobre controle financeiro pessoal foi questionado na pergunta número 3 se, o gestor se utiliza de algum método para controle de finanças pessoais? Quais?

**Empresa A:** *"Não uso não, eu guardo tudo na cabeça, eu tenho boa memória, não precisa anotar nada não".*

**Empresa B:** *"Eu uso as minhas planilhas de excel, no meu notebook, eu preciso delas, pra não haver misturas de valores, nem despesas de casa, nem de despesas da empresa".*

A questão refere-se ao controle financeiro pessoal do empresário, tendo em vista a fundamental importância desse controle, pois, assim como na empresa é extremamente relevante manter as finanças em dia, para isso é necessário ferramentas que auxiliem nessa organização.

O fato de o empresário da empresa A não utilizar nenhum meio físico de controle pessoal acaba desfavorecendo a organização das mesmas, uma vez que, se torna muito instável quando o controle financeiro, ou qualquer controle, é feito apenas armazenando informações mentalmente, pois a qualquer momento pode acontecer de esquecer, e isso pode refletir em perdas ou prejuízos, uma vez que não há nem um outro meio que comprove determinada ação.

Neste sentido, sem um real controle das finanças, fica difícil saber o que realmente acontece com a vida financeira pessoal de qualquer pessoa, dessa forma é necessário aprender a organizar, planejar e controlar as finanças pessoais “para descobrir como transformar os sonhos de hoje em uma realidade futura” (GITMAN, 2014, p. 8).

E da mesma forma é abordado no tópico 4.2, é indispensável o controle, as anotações de tudo que se relacione com as finanças pessoais e empresariais. Muitas vezes as pessoas se perguntam “onde está meu dinheiro?” ou simplesmente acha que o dinheiro “evaporou” isso acontece porque a maioria das pessoas não colocam no papel suas receitas e despesas (ASSAF NETO, 2014). Fazer esse controle possibilita saber de fato como está sua saúde financeira.

Sendo assim, o uso adequado de ferramentas de gestão financeira na vida pessoal se tornam fundamentais para conquistar o tão sonhado equilíbrio financeiro, mas para isso é necessário disciplina e atenção com o orçamento pessoal, pois assim será possível saber realmente como está a sua situação financeira pessoal permitindo planejamentos futuros e tomadas de decisões mais acertadas permitindo ainda bons reflexos na organização, uma vez que pessoas saudáveis financeiramente são muito mais produtivas.

#### 4.4 CONTROLE E FLUXO DE CAIXA

Com o intuito de saber sobre os controles de fluxo de caixa das empresas, na questão de **número 4** foi feita a seguinte pergunta: Você sabe o quanto recebe e o quanto gasta do seu caixa diariamente?

**Empresa A:** "O dinheiro do caixa daqui da loja é passado pra mim todo dia no final do dia, eu guardo pra paga as conta daqui, mais as vezes tiro dinheiro de lá da distribuidora pra paga os boleto daqui entendeu. Eu tenho uma noção porque quando diminui o faturamento no final do dia por exemplo, eu vejo que o movimento tá ruim ai vendo menos, porque se fazia x e agora tá fazendo menos, eu tenho na cabeça mais ou menos quanto faço".

**Empresa B:** "A gente sabe na verdade o periodo mensal, por empresa que é análise que eu faço, o que eu gastei mensal. Diário eu não coloco porque não é todo dia que agente tem conta pra pagar, sempre procuro colocar os meus pagamentos de boletos e outras dívidas entre os períodos mais práticos, dez, quinze, vinte, estorando vinte e cinco, nada no final do mês e nada no início do mês, é assim que a gente costuma programar nosso caixa".

Continuando foi questionado na 5ª questão: como é realizado o registro das retiradas dos sócios/proprietário? Possui salário definido?

**Empresa A:** "Eu não tenho salário, quando eu preciso de dinheiro eu pego no banco, ou no caixa se tiver o valor que to precisando. Sempre que precisamos agente pega no caixa, tem mês que dá pra tira um determinado valor mais as vezes no outro não da porque tem que paga uma coisa ou outra".

**Empresa B:** "Na verdade eu sou funcionário recebo meu salário, e no caso da dona ela recebe pró-labore".

Ainda com intuito de saber sobre os controles de fluxo de caixa a pergunta de número 6 foi a seguinte: consegue identificar as despesas e receitas futuras que ocorreram nos próximos meses ou trabalha conforme a movimentação diária e conhece uma média mensal de gastos que ocorrem?

**Empresa A:** "Eu sei mais ou menos o que tenho que paga, e conforme vai entrando dinheiro vou pagando as coisas, quando é um valor muito alto eu vou guardando aos poucos, se não vai entrando e vou pagando".

**Empresa B:** "Na verdade tudo isso, só que uma maneira mais organizada, eu consigo prevê as minhas vendas, sei os períodos que a empresa trabalha em grande pico, ou seja a sazonalidade da minha empresa eu consigo detectar. Consigo analisar dentro do meu sistema financeiro o que eu tenho a receber, como eu posso trabalhar e o custo que já tive nesse ano e a margem que eu tenho quando eu fecho o ano, ai eu analizo o meu período anual todinho, quanto eu gastei, quanto eu investi, o quanto eu posso gastar e se eu posso gastar".

Seguindo a linha de perguntas, a questão **número 7** indagou: Sabe dizer quanto deve vender no mês para pagar o que deve ou vai pagando as despesas conforme vai gerando recurso em caixa?

**Empresa A:** *"Olha, agora eu parando um pouco de comprar, antes eu queria comprar mundos e fundos, porque agente não pode deixar falta, mais depois de uns prejuízos que eu tive tô tomando mais cuidado na hora de comprar. As meninas me ajudam aí na hora de ver o que ta precisando. Outra vez comprei uns refrigerante de mais aí pro natal e acabou que não vendeu e acabou vencendo me deu um prejuízo danado. Mais eu sei mais ou menos o quanto tem que vender pra pagar as contas no fim do mês, mas quando falta pra cá eu pego lá da distribuidora".*

**Empresa B:** *"Sim, é sempre previsto com uma análise antes de fazer qualquer tipo de investimento, procura fazer capital, porque quando você aprende a trabalhar com o financeiro você tem que ter o seu capital, capital de giro, capital comercial mesmo entendeu, você precisa ter a sua reserva pra qualquer tipo de imprevisto, então você tem que estar preparado não só depender do dinheiro que entra em caixa no momento".*

Com as perguntas referente ao controle e fluxo de caixa da empresa foi possível identificar que a empresa A encontra-se desprovida de controles financeiros inclusive do seu fluxo de caixa, o que impede que o gestor consiga saber exatamente o históricos das suas movimentações fazendo que o mesmo tenha apenas uma noção do que ocorre na sua empresa, essa atitude dificulta previsões futuras.

Enquanto a empresa B evidencia que não depende especificamente da movimentação diária de seu caixa para cumprir com suas obrigações sendo que seus controles financeiros permite fazer uma provisão de entradas e saídas assim o empresário prepara o seu financeiro para os eventos que ocorreram.

Sá (2009) defende a ideia que o fluxo de caixa projetado faz parte da integração das contas a receber e a pagar, a partir dessa realidade é possível identificar a insuficiência ou sobra de caixa, quando e por quanto tempo permanecerão, daí é possível fazer um planejamento financeiro, ou seja, se programar para cada ocasião prevista.

Os registros adequados das informações possibilitam ao gestor fazer a projeção do seu caixa e ter uma noção dos recebimentos e pagamentos daquele mês ou mês subsequente. E o fato de não haver registros dificulta também a

provisão de caixa fazendo com que o empresário não consiga planejar seus recebimentos e pagamentos.

Manssing (2014) coloca que a gestão financeira de uma entidade se dá por um conjunto de controles financeiros e econômicos e também pela análise correta das informações captadas por esses controles, sendo assim uma boa gestão financeira se baseia no controle e análises adequadas das movimentações tanto econômicas quanto financeiras da organização. O autor recomenda ainda que, o gestor eficiente deve estar sempre atento aos controles de caixa tanto no seu histórico quanto as projeções futuras.

Com isso, observa-se que para uma gestão financeira eficiente é imprescindível o uso de ferramentas de controle, pois essas ferramentas auxiliam na coleta de dados para análises e tomadas de decisões. O empresário sempre se atentar ao seu fluxo de caixa para não ter surpresas desagradáveis, para isso é conveniente que toda movimentação seja registrada por menor que seja o valor, pois só assim o gestor conseguira ter um real controle dos seus recursos financeiros.

Por isso é tão importante a definição de um pró-labore que é a remuneração pela prestação de serviços do empresário para com a empresa, e também a disposição dos lucros para o proprietário/sócio, para que assim consiga se fazer a devida separação da vida financeira pessoal e não há a necessidade de fazer retiradas do caixa da empresa o que pode prejudicar sua operação (SEBRAE, 2015).

Em resumo, quando o proprietário não tem seu pró-labore definido está sujeito a fazer retiradas do caixa da empresa para pagar despesas pessoais e quando isso acontece rotineiramente esses valores não são registrados já que nas pequenas empresas o gestor financeiro costuma ser o próprio empresário. Essa atitude faz com que os resultados da empresa seja incorretos podendo gerar ainda prejuízos para empresa se tais retiradas não são feitas com cautela.

#### 4.5 IDENTIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Na sequência buscou identificar sobre o uso e aplicação do princípio da entidade nas empresas onde a **questão número 8** indagou se: Os resultados da empresa contribuem de alguma maneira para o pagamento de despesas pessoais?

**Empresa A:** *"Sim. Como eu falei, tudo que a gente precisa pra loja, ou gastos de energia, telefone e outras coisas, as despesa de casa não precisa a gente comprar tem tudo no mercado".*

**Empresa B:** *"Digamos que... eu acho que é assim, há dois pontos de vista, você como gestor da área financeira não, não pode, mas a pessoa como sócio ou acionista de uma empresa ele tem esse pensamento eu posso ou não posso tirar pouco mais? Eu posso ou não investir na minha vida pessoal? Bom como sócio tem que ser ter cautela, pois todos os meses é recebido o valor do pro-labore, mas em alguns períodos que teve uma maior produção, entrada de receitas, há a possibilidade de se retirar uma parte desse lucro desde que não comprometa o bom funcionamento da empresa".*

Foi perguntado ainda na **9 questão** se: A empresa possui veículos e imóveis ou todos os bens patrimoniais pertencem ao proprietário?

**Empresa A:** *"Não, o prédio, o carro é tudo no meu nome outras coisas são no nome da Preta" (a mulher dele).*

**Empresa B:** *"Houve uma época que não havia essa separação, hoje tudo o que é da empresa está registrada no nome da mesma, há essa separação de todos os bens patrimoniais".*

A décima questão: Há algum bem pessoal que é utilizado para ajudar nas atividades da empresa?

**Empresa A:** *"Além do prédio, o carro, eu faço entregas com o meu carro busco mercadoria quando precisa".*

**Empresa B:** *"Não".*

Já a **11ª pergunta** buscou saber se: A empresa possui conta bancária ou os recebimentos via banco faz uso da conta do empresário?

**Empresa A:** *"A empresa mesmo não tem conta não, eu tenho uma conta no meu nome. Quando agente compra com cheque ou recebe no cartão essas coisas vai tudo pra essa conta".*

**Empresa B:** *"Sim, até porque para que seja feito empréstimos é necessário que se tenha uma Conta Jurídica e até mesmo para o controle dos recursos financeiros".*

Posteriormente na **12ª questão** após um breve conceito sobre o princípio da entidade buscou identificar sobre a separação dos patrimônios entre empresa e empresário da seguinte forma: A Contabilidade assim como as demais áreas de

atuação tem seus princípios, dentre eles destaca-se o princípio da Entidade que consiste na diferenciação do patrimônio particular do empresário do patrimônio da empresa. Diante disso, a empresa faz a devida separação entre o que pertence a empresa e o que pertence ao proprietário (a) ou sócios (as)? Comente.

**Empresa A:** *"É difícil essa separação né. Eu nunca tinha ouvido falar desse princípio, é tudo junto e misturado. Vai compra uma coisa, pagar uma coisa, agente tira daqui coloca la, tira de la coloca aqui, não tem assim muita anotação, não tem separação agente vai se virando".*

**Empresa B:** *"Há essa separação, até para que seja mais fácil fazer as declarações e o controle da própria empresa".*

Desse modo, constatou-se que a empresa A contribui totalmente para o pagamento das despesas do empresário, isto é, o caixa da empresa e o caixa da família são os mesmos, não há nenhuma distinção o que dificulta o controle. E se tratando dos bens móveis e imóveis dos proprietários, esses tem fundamental participação na realização das atividades das empresas.

Foi possível identificar também que a **empresa A** não possui conta bancária somente o proprietário, isso faz com que as operações bancárias da empresa sejam realizadas todas na conta pessoal facilitando a não separação dos valores da empresa e da pessoa física assim como no próprio caixa.

No caso da **empresa B** a mesma se mostra mais organizada e também cautelosa e perceptiva quanta a importância do princípio da entidade, tendo em vista que o empresário distingue os bens da empresa e os particulares, assim como também diferencia as movimentações bancárias em conta jurídica e conta da pessoa física.

De acordo com Andrich *et al* (2014) o princípio da entidade consiste em não misturar os patrimônios das entidades, uma vez que tanto as pessoas jurídicas quanto as pessoas físicas economicamente ativa podem ser consideradas entidades distintas. Portanto, deve haver a devida separação do capital de ambas, sendo que o caixa da empresa deva ser utilizado apenas para pagamentos referente a mesma, e o proprietário deve manter suas necessidades pessoais apenas com o pro-labore ou outras receitas que o mesmo possua.

Com isso, é possível observar que a não observância do princípio pode trazer diversos transtornos para as entidades, tendo em mente que os controles de ambas

seram deficitários e essa situação não permitira uma avaliação correta, nem o grau de evolução tanto do patrimônio da pessoa jurídica ou pessoal do proprietário.

#### 4.6 RESULTADOS DO PERÍODO

Dando sequência a entrevista buscou saber se os gestores consegue identificar os resultados do período com a **13ª questão**: Há sobra de Recurso no final do Mês? Como a empresa consegue mensurar se esta havendo lucro na atividade?

**Empresa A:** *"Rapaz, Pra mim se ta sobra dinheiro no caixa no final do dia e eu paguei o que tinha de pagar to tendo lucro".*

**Empresa B:** *"Sim, consigo identificar isso através das planilhas, do sistema, analisando meu banco de dados eu consigo essas informações".*

O intuito principal da empresa é o lucro, em vista disso um administrador de empresa esta sempre em busca de resultados positivos para que além de pagar as suas próprias despesas, seja também suficiente para render bons frutos e retorno para o proprietário.

No entanto, quando não há processos de controle e planejamento financeiro o objetivo de maximização das riquezas fica muito mais distante, pois não a como identificar a real situação da empresa, se essa esta tendo lucro ou prejuízo ou se ela rende o suficiente apenas para mante a atividade da empresa.

Na prática caixa não é exatamente sinônimo de lucro. Ou seja, a empresa pode não estar conseguindo honrar com suas obrigações e mesmo assim estar tendo lucro ou do contrário, pode ter dinheiro em caixa e estar conseguindo pagar seus compromissos em dia porém ainda assim estar tendo prejuízo. Isso ocorre porque o lucro se trata de resultados econômicos e o resultado de caixa por sua vez se refere aos resultados financeiros (HOJI, 2014).

Silva (2010) afirma que a Contabilidade tem dois propósitos com os dados gerados que são os de dar suporte para o planejamento e o controle da empresa, para assim dar base para uma decisão segura e acertada. A partir desse controle adequado o gestor terá maiores possibilidades de analisar como realmente anda os resultados da empresa possibilitando identificar se há sobras no fim do período e se essas significam lucro.

Em síntese, é primordial que o gestor entenda essa diferença que existe entre resultado de caixa e lucro para que o mesmo não tenha percepções errôneas a cerca dos resultados de sua empresa que dependendo da situação pode leva-lo a falência em um pouco espaço de tempo.

Segundo Cruz (2012) a interpretação dos dados através de índices pode auxiliar o empresário na melhor compreensão de como está de fato a situação econômica, financeira e também patrimonial da entidade. E para fazer essa análise é necessário um histórico de dados o que permitirá a melhor percepção das mutações ocorridas na empresa.

Com isso, essa análise mais aprofundada torna-se imprescindível pois, permite ao usuário entende e julgar adequadamente não só da lucratividade da empresa mais também outros itens como, a capacidade da empresa em gerar caixa, seu grau de endividamento, observar se os lucros estão de acordo com o esperado, qual a sua liquidez, qual a sua capacidade de pagamento com relação as obrigações entre outros aspectos.

#### 4.7 GESTÃO FINANCEIRA

Sobre a gestão financeira das pesquisadas a **14ª pergunta**, questionou-se: qual a principal dificuldade na gestão financeira de sua empresa?

**Empresa A:** *"Principal dificuldade? Nada é fácil né, ainda mais nos dias de hoje, cheio de burocracia, quando agente não tem muito estudo dificulta mais agente vai se virando. Lidar com funcionário é complicado cheio de coisa".*

**Empresa B:** *"A dificuldade que toda empresa tem é na alimentação de dados. Porque como você vai analisar, vai gerir se você não tem informação? É necessário capacitar os funcionários, ficar atento nos lançamentos, ou seja a dificuldade é conseguir converger todas as informações para um banco de dados para que se possa analisar, essa é uma dificuldade muito grande".*

Na opinião de Cerbasi e Paschoarelli (2007) é imprescindível que os gestores das empresas tenha no mínimo os conhecimentos básicos com relação à contabilidade uma vez que essa é um instrumento global, para a gestão e controle de todos os tipos de empresas e em qualquer lugar do mundo.

Tendo em vista o acúmulo de funções dos gestores de empresas de pequeno ou médio porte é fundamental ter uma boa bagagem de conhecimentos, já que, o

mesmo é responsável planejar e controlar todo capital da empresa (HOJI, 2014). Consequentemente o desempenho da empresa dependera da percepção do gestor para conduzir os negócios de forma adequada.

Dessa maneira, para se obter uma gestão financeira competente com o mínimo de adversidades é necessário entender os processos, é preciso conhecer e coordenar todas as operações da empresa avaliando os riscos e os retornos futuros entre outras atividades básicas. Para isso ter boas noções contábeis facilita todo o processo principalmente na hora de entender as demonstrações financeiras e os relatórios complementares.

#### 4.8 CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO

Na sequência as perguntas foram sobre conhecimento e capacitação dos gestores onde na **15ª pergunta** questionou-se: Você já recebeu alguma capacitação sobre educação financeira?

**Empresa A:** *Não, o que eu aprendi foi mesmo na cara e na coragem, no dia a dia com as experiências da vida.*

**Empresa B:** *Várias.*

E finalizando com **questão de 16** indagando: Como você se sente com relação aos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio negócio?

**Empresa A:** *"Não muito seguro. Gostaria de saber um pouco mais sobre finanças".*

**Empresa B:** *"Razoavelmente seguro. Eu tenho conhecimento sobre a maioria das coisas que eu precisava saber sobre o assunto".*

Segundo Roriz (2011), o conhecimento é algo muito importante em todos os aspectos de nossas vidas, e em uma empresa não poderia ser diferente, o conhecimento se faz necessário para o melhor funcionamento afetando inclusive a capacidade competitiva da entidade.

Na opinião de Hoji (2014) o alto índice de mortalidade das micro e pequenas empresas poderia diminuir significativamente se a carência de conhecimentos financeiros dos gestores não fosse umas das principais dificuldade na gestão financeira.

Desse modo, o conhecimento assim como as capacitações para uma melhor gestão financeira são fundamentais para manter o equilíbrio da empresa

colaborando de forma significativa para o alcance dos objetivos e metas da empresa e consequentemente com o seu sucesso.

No decorrer da análise de resultados pode se perceber que o gestor da **empresa A** apesar de ser experiente no mercado demonstra uma carência relevante de capacitação e conhecimento sobre a real importância do controle e gestão financeira em uma entidade. Levando em consideração que o mercado está em constante mudança por isso é importante que tanto os funcionários quanto o gestor de uma empresa devem sempre estar capacitados e preparados para as mudanças, pois a falta de qualificação pode também levar um negócio a ruína.

Todavia, o respondente da **empresa B** denota conhecimento e empenho com a melhor forma de gerir sua empresa, adotando vários métodos de controle visando ter as informações adequadas para tomar as decisões necessárias. Inovação, conhecimento é a alma do negócio, e se tratando de finanças é essencial o conhecimento para definir novas metas, estratégias ou tarefas básicas do dia a dia da empresa. A capacitação tem muitos benefícios para o empresário e sem dúvida faz todo um diferencial dentro e fora da empresa.

#### 4.9 SUGESTÕES

Diante dos levantamentos obtidos com a pesquisa de campo e a partir da análise das entrevistas feita aos gestores. Segue algumas medidas que devem ser implantadas para o melhor funcionamento das empresas.

##### 4.9.1 Recomendações para empresa A:

**a) Quanto às condições do controle financeiro empresarial:** implantação de um sistema de controle interno de preferência eletrônico que integre todas as operações pertinentes dando mais agilidade aos processos.

**b) Controle financeiro pessoal:** sugere-se que os gestores utilizem planilhas no Excel, as quais podem ser encontradas gratuitamente na internet assim como aplicativos - apps que podem ser baixados no celular como Guia de Bolso, *Mobills* controle financeiro (um dos mais bem cotados na *Google Play*), Gastos diários, Orçamento diário permitindo o gerenciamento dos gastos, o Minhas Economias que ajuda no controle de gastos e planejamento financeiro, etc., ambos os apps dão

suporte na hora de controlar as receitas e despesas e ainda oferece a maior comodidade aos usuários.

**c) Controle e fluxo de caixa:** é necessário que se tenha controle do fluxo de caixa adotando meios físicos de controles diários. Atualmente existem no mercado diversos sistemas para controles financeiros onde permite gerenciar as contas a receber, a pagar além de auxiliar no planejamento das movimentações de caixas futuros, no entanto, há também ferramentas simples que podem ser utilizadas como planilhas de *Excel* e livro de caixa.

**d) Princípio da entidade:** nesse caso, sugere-se que o gestor abra uma conta para cada empresa, e que nessas contas sejam feitas apenas movimentações relacionadas as entradas e saídas das próprias empresas. O proprietário deve evitar também se utilizar da razão social da empresa para comprar em benefício particular e também não fazer uso de veículos particulares na empresa, o ideal seria um veículo destinado somente as operações de entrega da empresa assim as despesas desse veículo são destinadas a empresa e não a pessoa física, desse modo é importante que o proprietário faça a distinção do patrimônio empresarial e pessoal.

**e) Resultado do período:** uma excelente ferramenta é a utilização de planilhas que contenha as informações da estrutura de uma DRE simples, controles internos e a orientação do seu contador, para que juntos o contador repasse as informações e demonstre o quão é importante ter o conhecimento do seu lucro ou prejuízo.

**f) Melhorar a gestão financeira:** a utilização principalmente do fluxo de caixa como um dos principais controles, o qual a empresa deve adotar o quanto antes com rigor e disciplina, podendo ser feito em planilhas de *Excel* ou no próprio sistema financeiro. A demonstração de fluxo de caixa permitirá a projeção dos períodos futuros mostrando como estará o caixa e isso permitira um planejamento mais eficientes das finanças da entidade buscando sempre a saúde financeira e a sobrevivência no mercado.

**g) Conhecimento e capacitação:** sugestão que ambos os gestores (o casal) participem de capacitações, busquem cursos complementares como informática, gestão de caixa, secretariado, até mesmo vídeo aulas pela internet, entre outros com intuito de diminuir a carência de informações para auxiliar nas tomadas de decisões.

#### 4.9.2 Recomendações para empresa B:

**a) Quanto às condições do controle financeiro empresarial:** aprofundamento nas ferramentas de controle que a mesma já possui.

**b) Controle financeiro pessoal:** aprofundamento de outras ferramentas de controles como aplicativos que poderá dar mais praticidade no seu dia a dia. O uso desses controles aliados com simples conceitos sobre contabilidade e gestão pode ajudar na maximização dos resultados.

**c) Controle e fluxo de caixa:** nenhuma sugestão nesse caso, o mesmo utiliza-se das ferramentas necessárias para esse controle.

**d) Princípio da entidade:** tem o conhecimento do princípio é procura sempre está atento através a todas as movimentações da empresa e pessoal.

**e) Resultado do período:** utiliza-se já desses controles.

**f) Melhorar a gestão financeira:** nada a sugerir, pois o mesmo já adota esse controle.

**g) Conhecimento e capacitação:** mostrou-se que sempre está em busca de novos conhecimentos e capacitações, o que é muito bom para melhorar seu desempenho tanto profissional quanto pessoal.

Desse modo, busca-se com as sugestões colocadas contribuir para que as empresas tenham melhores condições e qualidade nos seus resultados e possam assim progredir e alcançar o sucesso esperado pelos gestores.

## 5 CONCLUSÃO

As micros e pequenas empresas tem participação significativa na economia brasileira, no entanto, são essas as empresas que têm maiores dificuldades de permanecerem ativas no mercado por um longo período de tempo, tendo como principal obstáculo a gestão financeira. Nesse contexto, a presente pesquisa se propôs a analisar de que forma o Princípio da Entidade influência na gestão financeira dessas empresas.

Para isso, foi realizada uma entrevista com dois gestores de Micro Empresas na cidade de Itaituba-PA, e com base nas respostas obtidas foi possível observar a realidade desses empresários e assim fazer uma análise qualitativa das dificuldades enfrentadas pelos mesmos na hora de administrar o seu negócio.

Sendo possível, constatar a partir dos resultados que a falta de informação e a desorganização entre as finanças pessoais e empresariais ocasionam uma "confusão" na hora de saber o que dificulta a gestão. Com isso, a pesquisa foi de fundamental importância, pois permitiu identificar que uma das empresas não possui controles financeiros adequados que possam apoiar o gestor nas tomadas de decisões.

Demonstrando ainda, que ter conhecimentos básicos sobre finanças e a sua devida gestão facilita o processo de administração de um negócio. A pesquisa possibilitou também perceber a importância da distinção entre o patrimônio pessoal e o empresarial. Diante disso, o estudo cumpriu com seu objetivo e constatou que a não aplicação do princípio da entidade, tem sim grande influência na gestão financeira empresarial interferindo na continuidade das organizações.

Apontando ainda, que essa dificuldade de colocar o princípio em prática se dá, possivelmente, pelo fato de as Micro e Pequenas empresas serem geridas pelos próprios donos e os mesmos não terem conhecimento da importância da distinção entre as contas pessoais e empresariais. Tal atitude, requer atenção redobrada dos profissionais contábeis os quais prestam assessoria a essas empresas, tendo em vista que esse pode ser sim, uns dos motivos que levam esse ramo de empresa a falência por comprometer todo o controle da entidade.

Sendo assim, pôde-se alcançar as respostas das questões norteadoras, uma vez, que os resultados obtidas nas entrevistas apontam que se uma pessoa não

consegue gerenciar as próprias finanças e muito provavelmente também terá dificuldades de tomar decisões financeiras na empresa.

Contudo, o endividamento pessoal ou empresarial e consequentemente o encerramento dessas empresas ocorrem por decisões errôneas que são tomadas no dia a dia por falta de controle, falta de conhecimento adequado dos indivíduos, assim, torna-se imprescindível a busca de capacitação na educação financeira, auxiliando a melhor forma de se ter o controle dos recursos financeiros distinguindo os recursos pessoais do empresarial, com isto, terá como benefícios a diminuição do grau de endividamento e a instabilidade financeira, possibilitando maior perspectiva de desenvolvimento para as Micro e Pequenas empresas.

É interessante ressaltar também que apesar da Contabilidade ter um papel primordial dentro de uma empresa, não é uma tarefa fácil para o contador, como conhecedor dos princípios contábeis, fazer com que o empresário entenda a importância da distinção dos patrimônios, o que dificulta o trabalho do profissional. Como consequência, é possível observar as estatísticas do Sebrae com relação ao percentual de fechamento de empresas nos seus primeiros dois anos de atividade.

O que não é algo interessante nem para empresa, muito menos para o contador que é o responsável pela abertura dessas entidades e uma das suas funções principais é ajudar manter a saúde dessa empresa através dos trabalhos desenvolvidos pelo mesmo, uma vez que o contador não só classifica e contabiliza as contas da empresa, mas também presta um trabalho muito importante que é o de orientação e assessoria ao empresário buscando sempre o bem-estar da organização.

Em suma, a aplicação do princípio da entidade e a correta utilização das ferramentas de controle aliadas aos conhecimentos básicos de educação financeira proporcionará à empresa melhor utilização de seus recursos prolongando e otimizando sua saúde financeira diminuindo os riscos de insolvência das entidades.

## REFERÊNCIAS

ANDRICH, Emir Guimarães; CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Rene Guimarães; GUINDANI, Roberto Ari. **Finanças Corporativa: Análise de demonstrações contábeis e de investimento**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: <<http://unifai.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544301036/pages/5>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ATKINSON, Antony A. II. Blanker, Rajiv D. III. Kaplan, Robert S. IV. Young, S. Mark. **Contabilidade Gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ÁVILA, Leandro. **Planilha Balanço Patrimonial Pessoal EXCEL 2013** Disponível em: <<http://www.clubedospoupadores.com/ferramentas/planilha-balanco-patrimonial-pessoal-excel.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2017.

BAZZI, Samir. **Contabilidade em ação**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços – Estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron books, 2001.

BORGES, Paulo Roberto Santana. **Educação financeira e sua influência no comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços**. Outubro de 2010. Disponível em: <[http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_v\\_epct/PDF/ciencias\\_sociais/04\\_BORGES.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_sociais/04_BORGES.pdf)>. Acesso em 23 mai. 2017.

BRASIL (2011). **Estratégia nacional de educação financeira – Plano Diretor da ENEF**. Disponível em . Acesso em: 20 jun.2017.

CERBASI, Gustavo; PASCHOARELLI, Rafael. **Finanças para empreendedores e profissionais não financeiros**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino e SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4 ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CHING, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças: para não especialistas**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de Caixa e de Capital de Giro**. Curitiba: Juruá, 2010.

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças: para não especialistas**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CORECON/PA - Conselho Regional de Economia –Secção Pará. **Cartilha de Educação Financeira**. Belém: CORECON/PA, 2011. Disponível em: <[http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/2504b3a3-a5d0-464a-9094\\_68d1a78ef947/educacao-financeira-corecon\\_gestao-de-conflitos\\_extensao.pdf?MOD=AJPERES](http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/2504b3a3-a5d0-464a-9094_68d1a78ef947/educacao-financeira-corecon_gestao-de-conflitos_extensao.pdf?MOD=AJPERES)>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo as novas demandas de gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo as novas demandas de gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, José Sóstenes Silva. **Análise financeira de balanços**. Catanduva, SP: Editora Respel, 2012.

CRUZ, June Alisson Westarb. **Gestão Financeira Moderna: uma abordagem prática [livro eletrônico]**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: <<http://unifai.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582128947/pages/-2>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

DIAS, Donaldo de Souza. **Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.

DOMINGOS, Reinaldo. **Porque inserir educação financeira nas empresas?** Disponível em: <<http://www.dsop.com.br/categoria-corporativo/artigos-corporativo/2017/03/educacao-financeira-nas-empresas/>> Acesso em: 09 jun. 2018.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10 ed. (Tradução técnicas Antonio Zoratto Sanvicente). São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HOJI, Mazakazu. **Administração financeira e orçamentaria: matemática financeira aplicada, estratégia financeira, orçamento empresarial**. 10 ed. SP. Atlas, 2012

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução a contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**. 3. ed. Aparecida - SP: Ideias e letras, 2008.

LORENTZ, Francisco. **Contabilidade e análise de custos: Uma abordagem prática e objetiva**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

LUZ, Adão Eleutério da. **Introdução a Administração Financeira e Orçamentária**. [Livro Eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2015. Disponível em: <<http://unifai.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544301814/pages/5>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MAGALHÃES, Luiza Eliane Reis. **O trabalho científico: da pesquisa à monografia**. Curitiba: Fesp, 2007.

MARIN, Aline Jubiliane; BORBOLATO, Daiana Aparecida; VERSI, Gabriela da Silva. **PATRIMÔNIO PÚBLICO: Escrituração, Administração, Controle e Transparência Prefeitura Municipal de Promissão-SP**. lins – SP 2013. Disponível em: <<http://www.unisaesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56203.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MASSING, Evandro Luis; ANDRADE, Rafael; SILVA, Noelma. **Gestão financeira na medida: manual do participante**. Brasília: Sebrae, 2014.

MELO, Fábio Bandeira de. **Os 10 principais erros cometidos pelas pequenas e médias empresas**. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/os-10-principais-erros-cometidos-pelas-pequenas-e-medias-empresas/32269/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MARTINI, Luigi. **Contabilidade Geral**. Edição 2013. Disponível em: <[https://educacao coletiva.com.br/assets/system\\_files/material/phpCggYZ11779.pdf](https://educacao coletiva.com.br/assets/system_files/material/phpCggYZ11779.pdf)> . Acesso em: 10 fev. 2018.

MELHORAMENTOS, Dicionário de língua portuguesa- São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

MOURA, Stêvenis. **Lucro X Caixa: Diferença entre lucro e caixa**. 2015. Disponível em: <<http://consultoriaadistancia.com.br/blog/lucro-x-caixa-diferenca-entre-lucro-e-caixa/>> Acesso em: 15 jun. 2018.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à Controladoria: conceitos, sistemas, implementação**. São Paulo: Atlas, 1993.

NICÁCIO, Eduardo Cláudio. **Princípios da contabilidade**. Disponível em: <[ecnsoft.net/wpcontent/plugins/downloadsmanager/.../Projeto%20Contabilidade.do](http://ecnsoft.net/wpcontent/plugins/downloadsmanager/.../Projeto%20Contabilidade.do)>. Acesso em: 18 mai. 2017.

NIYAMA, Jorge katsumi. **Contabilidade Internacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas 2010.

ORNELAS, José Aparecido; SILVA, Leandro Nunes de Souza. **Contabilidade**. São Paulo: DCL, 2013.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PADOVEZE, Clovis Luís; TARANTO, Fernando Cesar. **Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PAZ, Claudia Fabiana da. **Processo de controle financeiro : estudo de caso no contexto do princípio da entidade**. Campo Limpo Paulista, SP: FACCAMP, 2017. Disponível em: <[http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao\\_discente/ClaudiaFabiana.pdf](http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/ClaudiaFabiana.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Auditoria das demonstrações contábeis: uma abordagem jurídica e contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

PIVA, Amanda de Moura. **A importância do princípio da entidade nas pequenas e médias empresas**. 2015. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/2712/a-importancia-do-principio-da-entidade-nas-pequenas-e-medias-empresas/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola a academia**. 4. ed. São Paulo: Rêspel, 2012.

RIBEIRO, Ana Paula. **Quando se trata de Educação Financeira, o Brasil fica mal na foto.** São Paulo: O GLOBO 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/quando-se-trata-de-educacao-financeira-brasil-fica-mal-na-foto-20385966>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

RIBEIRO, Crisantos Soares. **Finanças empresariais.** Natal - RN: Edump, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.anhembis.br/arquivos/Ebooks/420639.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

RORIZ, Maysa Silva. **Uma investigação sobre as praticas de apoio ao compartilhamento do conhecimento interprojetos em uma empresa orientada a projetos.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28336/R%20-%20D%20-%20MAYSA%20SILVA%20RORIZ.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

RUBERT, Isabel V. G.; MERG, Leila F.; PORTELLA, Charlise da S.; LIMA, Mariluci N. e MARETH, Taciana. **Principio da entidade e a gestão das empresas familiares.** Disponível em: <[https://www.unicruz.edu.br/15\\_seminario/seminario\\_2010/CCSA/PRINC%20C3%8DPIO%20DA%20ENTIDADE%20E%20A%20GEST%20C3%83O%20DAS%20EMPRESAS%20FAMILIARES.pdf](https://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/PRINC%20C3%8DPIO%20DA%20ENTIDADE%20E%20A%20GEST%20C3%83O%20DAS%20EMPRESAS%20FAMILIARES.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de Caixa: a visão da tesouraria e da controladoria.** 3 ed. São Paulo : Atlas, 2009.

SAITO. A. T. **Uma Contribuição ao Desenvolvimento da Educação em Finanças Pessoais no Brasil.** São Paulo, 2007.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue e SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Rio de Janeiro 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122007000600006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006)>. Acesso em: 24 jun. 2017.

SEBRAE, **Livre sua empresa do endividamento.** São Paulo 2016. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/4ebb527abd3d9a08472577539562e96e/\\$File/SP\\_endividamento\\_17.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4ebb527abd3d9a08472577539562e96e/$File/SP_endividamento_17.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SEBRAE, **Pró-labore e distribuição de lucro.** 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/9AB7A8D69574165503256F9E00489276/\\$File/NT0003065E.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9AB7A8D69574165503256F9E00489276/$File/NT0003065E.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SELEME, Laila Del Bem. **Finanças Sem Complicação.** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: <<http://unifai.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582127681/pages/5>> Acesso em: 15 jun. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

STICKNEY, Clyde P. e WEIL, Roman L. **Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos**. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

## APÊNDICE



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA  
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### QUESTIONÁRIO

Pesquisa Acadêmica:

Observações importantes:

- não precisa se identificar;

- caso ache conveniente, deixe em branco determinada(s) pergunta(s) que possa(m) criar constrangimento(s) ou não queira responder, por quaisquer motivos.

Responda, o que se segue, marcando com um "X" a sua resposta ou solucionando com objetividade:

#### IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1) Como você se identifica?

a. Gênero:

☐ Masculino

☐ Feminino

b. Estado Civil:

☐ Solteiro(a)

☐ Viúvo(a)

☐ União estável

☐ Casado(a)

☐ Divorciado(a)

c. Escolaridade:

☐ Ensino fundamental ☐ Graduação ☐ Doutorado ☐ Ensino médio

☐ Especialização ☐ Ensino Superior Incompleto ☐ Outro.

d. Idade: \_\_\_\_\_

#### CONTROLE FINANCEIRO EMPRESARIAL

2) Como é feito o controle da movimentação financeira da empresa (Caderno, agenda, livro, computador, de cabeça, ou não existe)?

#### CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL

3) O senhor (a) se utiliza de algum método para controle de finanças pessoais? Quais?

## **CONTROLE DE FLUXO DE CAIXA**

- 4) Você sabe o quanto recebe e o quanto gasta do seu caixa diariamente?
- 5) Como é realizado o registro das retiradas dos sócios/proprietário? Possui salário definido?
- 6) Consegue identificar as despesas e receitas futuras que ocorreram nos próximos meses, ou trabalho conforme a movimentação diária e tem uma média mensal dos gastos que ocorrem?
- 7) Sabe dizer quanto deve vender no mês para pagar o que deve, ou vai pagando as despesas conforme vai gerando recurso em caixa?

## **IDENTIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE**

- 8) Os resultados da empresa contribuem de alguma maneira para o pagamento de despesas pessoais?
- 9) A empresa possui veículos e imóveis ou todos os bens patrimoniais pertencem ao proprietário?
- 10) Há algum bem pessoal que é utilizado para ajudar nas atividades da empresa?
- 11) A empresa possui conta bancária ou os recebimentos via banco faz uso da conta do empresário?
- 12) A contabilidade assim como as demais áreas de atuação tem seus princípios, dentre eles destaca-se o princípio da Entidade que consiste na diferenciação do patrimônio particular do empresário do patrimônio da empresa. Diante disso, a empresa faz a devida separação entre o que pertence a empresa e o que pertence ao proprietário (a) ou sócios (as)? Comente.

## **RESULTADOS DO PERÍODO**

- 13) Há sobra de Recurso no final do Mês? Como a empresa consegue mensurar se esta havendo lucro na atividade?

## **GESTÃO FINANCEIRA**

- 14) Qual a principal dificuldade na gestão financeira de sua empresa?

**CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO**

15) Você já recebeu alguma capacitação sobre educação financeira?

16) Como você se sente com relação aos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio negócio?

( ) Nada seguro. Gostaria de possuir um nível mais alto de conhecimentos de educação financeira.

( ) Não muito seguro. Gostaria de saber um pouco mais sobre finanças.

( ) Razoavelmente seguro. Eu tenho conhecimento sobre a maioria das coisas que eu precisava saber sobre o assunto.

( ) Muito seguro. Tenho conhecimento bem avançado sobre finanças.